



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 - PROPOSIÇÕES DE LEI

2 - ATAS

- 2.1 - 85ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 2.2 - 41ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a homenagear a Rede Mater Dei de Saúde pelos 35 anos de sua fundação
- 2.3 - 38ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura

3 - ORDENS DO DIA

- 3.1 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 4.1 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATAS



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.725

Declara de utilidade pública a Associação Ouro Branco pela Vida, com sede no Município de Ouro Branco.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Ouro Branco pela Vida, com sede no Município de Ouro Branco.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2015.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.726

Declara de utilidade pública a Associação de Recuperação para Dependentes Químicos São Miguel Arcanjo – Comunidade Terapêutica São Miguel Arcanjo – CTSMA –, com sede no Município de Itatiaiuçu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Recuperação para Dependentes Químicos São Miguel Arcanjo – Comunidade Terapêutica São Miguel Arcanjo – CTSMA –, com sede no Município de Itatiaiuçu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2015.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.727

Declara de utilidade pública a Associação Cristã Betesda – ACB –, com sede no Município de Varginha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cristã Betesda – ACB –, com sede no Município de Varginha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2015.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente
Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**ATAS****ATA DA 85ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/10/2015****Presidência do Deputado Lafayette de Andrada**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Atas; discursos dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite; aprovação – Questão de Ordem – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.000 a 3.004/2015 – Requerimentos nºs 2.705 a 2.739/2015 – Requerimentos Ordinários nºs 2.209 e 2.210/2015 – Proposições não Recebidas: Projeto de lei do deputado Fabiano Tolentino – Comunicações: Comunicações das Comissões de Esporte (3), de Meio Ambiente, de Cultura, de Direitos Humanos, de Segurança Pública (2), de Transporte, de Fiscalização Financeira, de Saúde, de Prevenção e Combate às Drogas (2), de Turismo e de Administração Pública – Questões de Ordem – Oradores Inscrições: Discursos dos deputados Celinho do Sinttrocel, Bonifácio Mourão e Léo Portela – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisões da Presidência (3) – Designação de Comissões: Comissões Especiais para Emitirem Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.717 e sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 38 e 40/2015 – Palavras do Presidente (2) – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos Ordinários nºs 2.192 a 2.198, 2.208, 2.205, 2.209, 2.206 e 2.207/2015; deferimento – Decisão da Presidência – Palavras do Presidente (4) – Decisão da Presidência – Palavras do Presidente (4) – Questão de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Bonifácio Mourão – Bosco – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Fred Costa – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – João Leite – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Lafayette de Andrada) – Às 14h2min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Atas**

– O deputado Bosco, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura das atas das três reuniões anteriores.

O presidente – Em discussão, as atas. Com a palavra, para discuti-las, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, terça-feira suscitei uma questão de ordem e pedi ao presidente, deputado Adalclever Lopes, que realizasse uma reunião do bloco da oposição com a Mesa. Estamos esperando uma resposta do nosso presidente. Suscitei uma questão de ordem e trouxe, à luz da informação, a posição do bloco em relação à publicidade que não foi dada pela TV Assembleia, pelo portal da Assembleia, pelo *Assembleia Informa*, em relação à atuação do bloco da oposição, o Bloco Verdade e Coerência, em que 15 deputados se reuniram na Sala de Imprensa, deram uma entrevista e apresentaram um projeto de resolução para sustar os efeitos de um decreto nefasto do governador Fernando Pimentel que aumentou em 50% a alíquota de ICMS de mais de 150 produtos. Aumentou em 50% a alíquota do ICMS de remédio, de material escolar, de uniforme escolar, de material de construção. E fiz aqui, presidente, uma contextualização. Houve o lançamento do livro do Sr. Paulo Henrique Amorim nas dependências desta Casa, e a TV Assembleia retirou a transmissão da reunião da Comissão de Administração Pública, presidida, aliás, pelo PMDB, e não por um deputado da oposição, ainda deixando a Casa numa situação mais difícil. V. Exa. tem que acompanhar isso na Mesa dos trabalhos. Retiram-se as imagens da Comissão de Administração Pública, ao vivo, da TV Assembleia, em que o secretário Murilo Valadares estava presente, falando no momento, para transmitir o lançamento do livro do Sr. Paulo Henrique Amorim. Fiz questão de colocar esses dois fatos porque a atuação do bloco apresentando um projeto de resolução, bloco formalmente constituído, porque tem de ter assinaturas, tem de ser lido em Plenário, portanto faz parte do Regimento Interno e sua atuação é parlamentar, não recebeu imagens da TV Assembleia, não recebeu postagem no portal eletrônico, no *site*, e não foi publicada uma vírgula no *Assembleia Informa*. Ao passo que o lançamento do livro do Paulo Henrique Amorim dentro de um Plenarinho desta Casa teve TV Assembleia ao vivo e, ainda, portal da Assembleia publicado e uma página no *Assembleia Informa*. Suscitei essa questão de ordem, mas não a vi na ata, não vi esse questionamento descrito na ata, portanto, estou pedindo que ela conste na ata. É preciso constar. A ata não trouxe essa questão de ordem. Quero deixar claro ao deputado Rogério Correia que não se trata de querer impedi-lo de fazer isto ou aquilo. Trata-se de ter um tratamento, no mínimo, igualitário, até porque, se pesarmos na balança e avaliarmos o que é atuação parlamentar, com certeza, a atuação do bloco não gera dúvida nenhuma em relação ao lançamento do livro. Então, presidente, gostaria que constasse em ata. Foi



lida a ata. Outra coisa, presidente: quando interessa ao deputado Hely Tarquínio, ele espera até 14h15min; quando não interessa, ele chega aqui, senta-se e encerra às 14 horas. Esse é outro assunto que precisamos levar à Mesa da Assembleia. O bloco está pedindo isso. Ontem falei aqui em nome do líder Gustavo Corrêa; o deputado João Leite, em seguida, também suscitou uma questão de ordem; e o deputado Gustavo Valadares, líder da Minoria, também referendou a questão de ordem. Então precisamos que o presidente Adalclever separe um espaço em sua agenda. Quem marca a agenda com o bloco, presidente, é o presidente Adalclever. É ele que tem de marcar a agenda. Então estamos aguardando. Gostaria que essa questão de ordem levantada por mim constasse em ata da forma como fiz a intervenção na tribuna.

O presidente – A presidência informa que, com referência às decisões do vice-presidente de iniciar a reunião ou encerrá-la às 14 horas, 14h3min ou 14h15min, o Regimento Interno lhe faculta essa possibilidade. Quanto aos questionamentos apresentados, fui informado pela assessoria que constam, na íntegra, na ata publicada no *Diário do Legislativo*, embora não esteja nesse extrato lido aqui. Foi lido apenas o extrato. Em relação à reunião com a liderança da Minoria, para tratar e discutir a questão da veiculação ou não de importantes acontecimentos da Assembleia, eu, pessoalmente, vou cobrar do presidente, para que marque o quanto antes essa reunião.

O presidente – Com a palavra, para discutir as atas, o deputado João Leite.

O deputado João Leite – Presidente, a gente nem acha ruim encerrar a reunião às 14 horas, porque acaba sendo também um instrumento para a oposição. Se é assim que vai funcionar, está bom para nós também. Às 14 horas, podemos nos sentar e deixar de abrir a reunião, mesmo com interesse da base do governo. Acho que foi um bom instrumento dado a nós também. Como V. Exa. não acompanhou ontem, em virtude de muitos afazeres, queria informá-lo de que, ontem, Minas Gerais foi descoberta. Esqueça os emboabas, esqueça a chegada dos cristãos novos, não aconteceu nada antes de Pimentel e do PT em Minas Gerais. V. Exa., ontem, foi deletado do portal Agência Minas, V. Exa. já não consta na história de Minas Gerais. Não foi secretário de Defesa Social, não preparou a defesa social em Minas, para a Copa do Mundo que aconteceu em Belo Horizonte sem problemas de defesa, de segurança pública. V. Exa. foi deletado. O deputado Antônio Jorge não foi secretário de Saúde do Estado de Minas Gerais. V. Exa. esqueça o lançamento de programas para não termos morte de crianças, o cuidado que V. Exa. teve como a mãe quando secretário de Saúde. V. Exa. foi deletado, não existe mais. O Julinho está ali chorando, mas, infelizmente, seu chefe já era, foi deletado. Antônio Jorge não foi nada em Minas Gerais, o PT o deletou também. Foi deletado o Dilzon Melo, que também não foi secretário de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; Carlos Pimenta também não foi secretário em Minas Gerais; Agostinho Patrus Filho, disseram que ele foi secretário de Turismo em Minas Gerais, mas não foi, não é verdade, porque não há nada mais na história de Minas Gerais sobre isso. O Léo Portela, disseram que ele foi secretário da Casa Civil, mas não é verdade, foi deletado também. Cássio Soares, disseram que ele foi secretário de Desenvolvimento Social, mas não é verdade. Está deletado. Não existiu isso na história de Minas Gerais. Gustavo Corrêa foi secretário de Esportes? Não, e fica falando que foi secretário de Esportes. Não é verdade. Fez o Mineirão novo e tal. Não é verdade. Gil Pereira sequer foi secretário do Norte de Minas. Isso também está deletado da história. Wander Borges fica aí dizendo que foi secretário da Reforma Agrária e não sei o quê. Não existiu nunca, em Minas Gerais, reforma agrária. Wander Borges não foi secretário de nada. Hely Tarquínio, disseram que ele foi secretário adjunto de Saúde. Não é verdade. Está deletado também. Eu também tentei contribuir, mas estão dizendo que é mentira, que eu não fui secretário e que Campos de Luz não existe. Há mais de mil campos iluminados, mas não fomos nós, e já não existe isso na história de Minas Gerais. Duzentos e vinte e cinco cidades que não tinham ligação asfáltica e agora têm é mentira. Não existe. Elas não estão asfaltadas, porque Minas Gerais perdeu a sua memória. O PT, nos moldes...

O presidente – Apagou a memória.

O deputado João Leite – Apagou a memória. Está deletado, nos moldes no Estado Islâmico. Você chega em Palmira e pergunta: “O que é isso aqui?”. Isso é um monumento de 1.200. Não existe mais. O Estado Islâmico destrói. O que é isso aqui? Foi Lafayette de Andrada, que foi secretário de Defesa Social de Minas Gerais, que fez. Mentira. Isso não existiu em Minas Gerais. Só existe o PT. Só eles. É interessante que eles deletaram até os novos aliados deles. Eles estão deletados também. Wander Borges, esquece, V. Exa. não foi secretário de Desenvolvimento Social; V. Exa. não foi secretário da Reforma Agrária. V. Exa. se encontra, neste momento, deletado. Não existiu Borba Gato. Não existiu Sabarabuçu. O PT deletou a história de Minas Gerais. Agora só existe o PT e seus aliados em Minas Gerais. É lamentável. Lembra o Estado Islâmico, que apaga a história. É o que Lula, tudo que o líder fizer... Como se chama aquela brincadeira? Tudo que o líder mandar vamos fazer. Tudo que o senhor mandar vamos fazer. Ele disse que nunca antes, na história do Brasil... Quer dizer, antes o Brasil não teve história. Nem Minas Gerais teve história antes. Acabou. Ninguém foi nada nesta terra, e agora só há o PT. Que espetáculo, hein? Esse é o espetáculo do crescimento? É o espetáculo da destruição da memória dos mineiros, mas não vamos permitir. Nós vamos insistir para que isso esteja na ata da Assembleia Legislativa. Esperamos que vocês fiquem firmes à mesa, porque, se eles se sentarem aí, eles destruirão as atas e a história da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Lamentável.

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta fase e não havendo retificação a ser feita nas atas, dou-as por aprovadas.

Questão de Ordem

O deputado Rogério Correia – Presidente, eu queria dizer a V. Exa., por isso pedi a palavra anteriormente para discutir a ata, que o evento, o lançamento do livro do jornalista Paulo Henrique Amorim foi um sucesso aqui, na Assembleia Legislativa. Eu até escrevi uma carta a ele, parabenizando-o pelo sucesso do lançamento do livro. Presidente, eu vou falar dali, porque os deputados estão muito barulhentos ali, nas minhas costas, e fica difícil eu conseguir falar. Pediria a V. Exa. que contasse o meu tempo novamente, porque fica difícil raciocinar com os deputados não obedecendo à ordem dos discursos.

O presidente – Prossiga, deputado.

O deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, escrevi uma carta ao jornalista Paulo Henrique Amorim dizendo que foi um sucesso a vinda dele a esta Casa, o lançamento do livro. E foi mesmo, tanto aqui quanto na Casa do Jornalista. Nós tivemos aqui, na Assembleia Legislativa, cerca de 200 pessoas. Depois ele falou também no programa da TV Assembleia. Recebi inúmeros *e-mails*, mensagens via



Twitter e internet de maneira geral, dizendo que gostaram muito da exposição dele, do conteúdo do livro. O conteúdo do livro, como V. Exa. deve ter visto, é o quarto poder. Ele questiona a ação no Brasil dos meios de comunicação e defende a tese de que há um monopólio nos meios de comunicação que precisa ser democratizado. Concordo com essa tese. Ele fez aqui uma análise muito pormenorizada do assunto. Foi um sucesso. Eu disse a ele que o sucesso foi tão grande, que incomodou o que eles chamam de PIG, partido da imprensa golpista, e principalmente aqueles que são os puxa-sacos do PIG. Eles ficaram incomodados. Aqui na Assembleia Legislativa, ele foi citado no Plenário. Reclamaram da presença dele. Houve deputado que disse que verificaria se não tinha havido improbidade administrativa no fato de ter lançamento de livro aqui. Depois mostrei que foram feitos aqui vários lançamentos de livros. Por exemplo, o ex-presidente da Casa, deputado Dinis Pinheiro, também fez lançamento de livro. Não caberia improbidade administrativa contra o ex-presidente Dinis Pinheiro nem contra nenhum outro deputado que já tenha usado lançamentos para trazer a esta Casa temas importantes. O Paulo Henrique Amorim fez tanto sucesso que alguns vieram ao Plenário protestar contra ele, como vimos. Também disse a ele que o PIG me fez, presidente Lafayette de Andrada, aparecer novamente nas páginas do jornal *Estado de Minas*. Eu, que estava proibido de aparecer nesse jornal pela Andrea Neves há muito tempo, apareci de novo. Nesse jornal fui questionado quanto a um sorteio que fiz de um livro, via Instagram. Segundo o jornal, eu estava perdendo meu eleitorado do professorado, mas, com a publicação, eu estava ganhando outros eleitores. O jornal *Estado de Minas* está preocupado comigo. Olhem a inveja que o Paulo Henrique Amorim causou ao PIG. Ficaram preocupados, eu consegui aparecer de novo nas páginas do *Estado de Minas* depois de a Andrea Neves proibir meu aparecimento todo esse tempo. Apareci na coluna do Baptista Chagas. Quero dizer ao *Estado de Minas* o que já disse ao Paulo Henrique Amorim: as professoras estão se sentindo muito bem comigo aqui. Agora receberão o piso. Presidente, até se alimentar nas escolas eles poderão. Além disso, foram anistiadas da greve que fizeram. Claro que não estão satisfeitas de todo, porque o salário ainda é baixo, e muita coisa precisa mudar, mas estão bem mais satisfeitas que antes. Nunca na história de Minas uma professora teve o tratamento que está tendo agora. Pode não ser o ideal, mas nunca foi assim na história de Minas. Por mais que isso incomode, nunca na história do Brasil se tiraram 22 milhões de pessoas da miséria, como fez o presidente Lula. Isso também é fato. Agora, querer apagar da história o PT por causa do ódio? Alguns vêm aqui, e o discurso é sempre o mesmo. É o discurso do ódio, ódio ao PT. O ódio passa a ser a única coisa que tem relevância para eles, a fim de que possam pregar golpes e não respeitar o sistema democrático. Já conhecemos os que têm esse ódio, que fazem da política um instrumento de ódio. O Paulo Henrique Amorim veio aqui não para fazer política de ódio, mas para expor um pensamento. Ele não merecia ser citado como algo de ruim que aconteceu aqui, porque foi muito bom, embora nem todos sejam obrigados a concordar com o que ele pensa, assim como ele não concorda com muitas coisas. O importante, deputado, é que respeitemos a democracia e o resultado eleitoral. Isso tudo tem de ser respeitado. Sem democracia, o que existe é golpe, e golpe é muito ruim para o sistema brasileiro, para qualquer sistema. Autoritarismo nunca resolveu problema. Queria apenas que fosse registrado em ata o sucesso que Paulo Henrique fez aqui e infelizmente a inveja que causou ao PIG.

2ª Fase (Grande Expediente) Apresentação de Proposições

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.000/2015

Declara de utilidade pública o Movimento Comunitário Cultural Esportivo Ecológico da Região Leste de Belo Horizonte/MG e Média Baixa Serra do Curral: MOC.ECO, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Movimento Comunitário Cultural Esportivo Ecológico da Região Leste de Belo Horizonte/MG e Média Baixa Serra do Curral: MOC.ECO, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de outubro de 2015.

Durval Ângelo

Justificação: Tendo em vista os relevantes serviços prestados pelo Movimento Comunitário Cultural Esportivo Ecológico da Região Leste de Belo Horizonte/MG e Média Baixa Serra do Curral: MOC.ECO, com sede no Município de Belo Horizonte, e o compromisso fiel com suas finalidades estatutárias, buscamos declarar a entidade como de utilidade pública. Essa declaração permitirá que se torne apta a realizar projetos maiores no desenvolvimento de suas atividades.

Diante do importante trabalho que realiza, a instituição por certo terá reconhecimento dos meus nobres colegas no que concerne à aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.001/2015

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os cartórios sediados no Estado incluírem nas escrituras públicas o nome e a inscrição no Conselho Regional de Corretores de Imóveis – Creci – da pessoa física ou jurídica responsável pela intermediação de negócios imobiliários e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:



Art. 1º – Ficam os cartórios sediados no Estado obrigados a incluir, nas escrituras públicas a serem lavradas, o nome e o número da inscrição no Conselho Regional de Corretores de Imóveis – Creci – da pessoa física ou jurídica responsável pela intermediação dos negócios imobiliários.

Art. 2º – Caso não tenha havido intermediação de pessoa física ou jurídica, esse fato deve constar na lavratura da escritura pública.

Art. 3º – Em caso de descumprimento a presente lei, ficam os cartórios obrigados a pagar multa no valor de 1.000 Ufemgs (mil Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais).

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de outubro de 2015.

Isauro Calais

Justificação: No Brasil, somente o corretor de imóveis é autorizado a intermediar transações imobiliárias. A profissão é reconhecida e regulamentada por legislação desde a década de 1960. Além do proprietário do imóvel e do corretor imobiliário, ninguém mais pode oferecer negócios nesse segmento, no território brasileiro. Qualquer manifestação diferente pode ser denunciada à polícia e a entidades que normalizam e fiscalizam a profissão de corretagem de imóveis no País.

Temos como finalidade, na apresentação deste projeto de lei, reconhecer os serviços prestados pelos corretores de imóveis no exercício de suas atribuições e, ao mesmo tempo, resguardar as partes envolvidas nas operações imobiliárias.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, do Trabalho e de Fiscalização Financeira, para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.002/2015

Institui a Semana Estadual da Adoção de Crianças e Adolescentes e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Semana Estadual da Adoção de Crianças e Adolescentes, a ser comemorada anualmente na semana do dia 25 de maio, data em que se comemora o Dia Nacional da Adoção.

Parágrafo único – Na semana a que se refere o *caput* deste artigo, serão realizadas no Estado atividades institucionais de conscientização e orientação das famílias adotivas e daquelas pretendentes à adoção, entre outros eventos relacionados.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de outubro de 2015.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: Adotar uma criança ou adolescente é um ato de amor e de responsabilidade e também um desafio que traz muitas recompensas positivas para quem o assume. Apesar do grande número de pessoas com desejo de adotar criança ou adolescente no Brasil, os pais pretendentes à adoção ainda enfrentam muitas dificuldades para concretizar esse ato, devido à própria característica burocrática, porém necessária, do processo de adoção. Minas Gerais conta atualmente com o trabalho de vários grupos de adoção, e a instituição de uma semana estadual sobre o tema em Minas tem o principal objetivo de promover a conscientização das pessoas, com a realização de campanhas, debates e palestras, bem como orientar as famílias e estimular a reintegração familiar.

Pelo exposto, conto com o apoio dos meus nobres pares à aprovação desta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e do Trabalho, para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.003/2015

Torna obrigatória a implementação de medidas com fins educativos para reparar danos causados ao ambiente das escolas do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam os estabelecimentos da rede estadual de ensino obrigados a desenvolver atividades com fins educativos, como penalidade posterior a advertência verbal ou escrita, para se repararem danos causados ao ambiente das escolas no Estado.

§ 1º – As atividades com fins educativos são a Prática de Ação Educacional – PAE – e a Manutenção Ambiental Escolar – MAE.

§ 2º – A aplicação de atividades com fins educativos deverá ocorrer mediante a prática de preservação ambiental, a reparação de danos ou a realização de atividades extracurriculares, por meio de registro da ocorrência escolar com lavratura de termo de compromisso, com a presença e a anuência dos pais ou responsável legal, em obediência ao disposto no art. 1.634, incisos I, II, e VII, do Código Civil.

§ 3º – A aplicação de atividades com fins educativos deverá ser exercida e acompanhada pelos gestores escolares.

Art. 2º – Caberá aos pais ou responsáveis legais repararem o eventual estrago causado à unidade escolar ou aos objetos dos colegas, professores e servidores públicos.

Art. 3º – Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, além dos danos que dela provierem, tanto em relação ao patrimônio público ou particular quanto à integridade física dos colegas, professores e servidores.

Art. 4º – Fica autorizada a vistoria preventiva pelo gestor escolar, quando houver suspeita de que o estudante esteja portando algum objeto que coloque em risco a integridade física própria ou de terceiros.

Art. 5º – Fica estabelecido que os pais ou responsáveis que não matricularem, acompanharem a frequência e o desempenho escolar de seus filhos ou que não atenderem à convocação do gestor escolar, para comparecimento à escola, terão suspensos todos os benefícios sociais.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de outubro de 2015.

Thiago Cota



Justificação: O presente projeto de lei visa tornar obrigatória a implementação de medidas com fins educativos para reparar danos causados no ambiente escolar das escolas do Estado.

A violência é um problema social que está presente no nosso dia a dia e preocupa cada vez mais a população. Nos últimos tempos, o ambiente escolar, que deveria ser um lugar seguro, tem se tornado um espaço de conflito e bastante problemático. O respeito e a harmonia estão dando lugar ao vandalismo e à prática da violência generalizada. Os alunos, em grande parte, não raras vezes agredem o patrimônio público e o corpo de educadores e de servidores escolares.

Essa situação, crescente com o passar dos anos, tem preocupado sobremaneira o poder público e a sociedade.

Nesse sentido, esse projeto visa fornecer aos profissionais da educação um instrumento eficaz para coibir os abusos e os excessos dos alunos para com a comunidade escolar. Espera-se que, a exemplo de outros estados da Federação, essas medidas possam contribuir para a formação e para a educação dos alunos da rede estadual de ensino de Minas Gerais. Além disso, proporcionarão maior envolvimento de pais e responsáveis, professores e alunos no processo educacional, cooperando com o resgate da paz no ambiente escolar.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nossos pares à aprovação dessa iniciativa.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 498/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.004/2015

Institui o Dia Estadual do Doador de Medula Óssea.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual do Doador de Medula Óssea, a ser comemorado, anualmente, no dia 6 de outubro.

Art. 2º – No decurso da semana em que esteja incluída a data prevista nesta lei, será intensificada a realização de campanhas educativas de informação e incentivo à doação voluntária de medula óssea.

Art. 3º – As campanhas de conscientização da população para a doação de medula óssea serão desenvolvidas pela Secretaria de Saúde, podendo também contar com a colaboração de instituições públicas nos âmbitos municipal e federal e de entidades não governamentais.

Art. 4º – Ficam incluídas no calendário oficial do Estado as atividades e programações relativas ao Dia Estadual do Doador de Medula Óssea.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de outubro de 2015.

Thiago Cota

Justificação: O transplante de medula óssea é um tipo de tratamento proposto para algumas doenças malignas que afetam as células do sangue, sendo a única esperança de cura para milhares de portadores de leucemia e algumas outras doenças do sangue. O transplante consiste na substituição de uma medula óssea doente, ou deficitária, por células normais de medula óssea, com o objetivo de reconstituição de uma nova medula.

É notória a importância da doação de medula óssea, uma vez que tudo seria mais simples e fácil se não fosse o problema da compatibilidade entre as medulas do doador e do receptor. A chance de encontrar uma medula compatível pode chegar a uma em um milhão. Por isso, são organizados bancos de doadores de medula óssea, cuja função é cadastrar pessoas dispostas a doar.

O referido projeto de lei, além de estimular a doação de medula óssea, tem por objetivo homenagear as pessoas que, com um simples gesto, salvam vidas. O Dia Estadual do Doador de Medula Óssea, que tem a data instituída neste projeto de lei – 6 de outubro – é uma alusão à data referente ao primeiro transplante não aparentado de medula óssea realizado no Brasil, em 1985, com doador cadastrado no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea – Redome.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nossos pares à aprovação dessa iniciativa.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.705/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 2ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 29/8/2015, em Ribeirão das Neves, que resultou na apreensão de drogas, armas de fogo, arma branca, munição e duas balanças de precisão e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.706/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 47º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 19/10/2015, em Muriaé, que resultou na apreensão de arma de fogo, munição, um colete balístico, invólucros para drogas, quantia em dinheiro e objetos de valor; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.707/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – pedido de providências para proceder a estudo sobre o Carnaval a Cavalão do Município de Bonfim, com o objetivo de seu registro como patrimônio cultural imaterial do Estado. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 2.708/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER – MG – pedido de providências para melhoria imediata da qualidade do material utilizado e da espessura do asfalto que está sendo



aplicado na obra do trecho de Juiz de Fora a Chácara, compreendido entre as localidades de Grama e Filgueiras. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 2.709/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social e à Subsecretaria de Administração Prisional pedido de providências para identificar os presos responsáveis pelo motim ocorrido no Centro de Remanejamento do Sistema Prisional de Ipatinga – Ceresp Ipatinga – no final de agosto de 2015 e enviar os nomes ao juiz de Execução Penal e ao promotor de justiça competentes, para que os presos sejam transferidos para a penitenciária de Francisco de Sá.

Nº 2.710/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Vara de Execuções Penais de Ipatinga e à Promotoria de Justiça responsáveis pelo acompanhamento do Centro de Remanejamento do Sistema Prisional de Ipatinga – Ceresp Ipatinga – pedido de providências para que os presos responsáveis pelo motim ocorrido nessa unidade prisional no final de agosto de 2015 sejam transferidos para a penitenciária de Francisco de Sá, tendo em vista o grau de periculosidade dos presos e a violação da Lei de Execução Penal.

Nº 2.711/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a destinação de mais recursos para a Região Metropolitana do Vale do Aço, tendo em vista os problemas decorrentes da criminalidade urbana e da superlotação de presídios, e para a implementação da Delegacia Regional de Polícia Civil em Coronel Fabriciano.

Nº 2.712/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para a implementação de serviço de emissão de carteira de identidade na Delegacia de Timóteo.

Nº 2.713/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Comando da Polícia Militar e à Chefia da Polícia Civil de Ipatinga pedido de providências para viabilizar operações conjuntas, de natureza estratégica, objetivando à prisão de criminosos contumazes e de lideranças do crime organizado.

Nº 2.714/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para a transformação da 137ª Companhia de Polícia Militar, instalada no Município de Ouro Fino, em batalhão, tendo em vista a sua importância para toda a região.

Nº 2.715/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para manutenção, limpeza e manejo de resíduos no imóvel em que está instalado o Departamento de Operações Especiais – Deoesp.

Nº 2.716/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para apuração de denúncias de supostos atos de abuso de poder, assédio moral, constrangimento ilegal, violência psicológica, entre outras práticas, pelo Sr. Rodney Dantas Pinto, diretor-geral da Unidade Prisional de Itajubá.

Nº 2.717/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Chefia do Centro Integrado de Comunicações Operacionais da Polícia Militar – Cicop – pedido de providências para apuração de denúncia de suposta omissão no atendimento policial militar solicitado pelo número 190.

Nº 2.718/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para promoção, por ato de bravura, do Cb. PM Reginaldo de Almeida Neves, lotado no Município de Machado, pelo brilhante trabalho que vem desempenhando, colocando em risco a própria vida para defender a população.

Nº 2.719/2015, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Lincoln Luiz Pereira, promotor de justiça do Estado do Paraná, pela atuação na interposição de ação civil pública que obteve decisão judicial proibindo a realização de eventos que utilizem instrumentos de maus-tratos aos animais na Comarca de Grandes Rios (PR). (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 2.720/2015, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Fernanda Orsomarzo, juíza de direito da Comarca de Grandes Rios (PR), pela decisão interlocutória, proferida em sede de ação civil pública, que concedeu a antecipação dos efeitos da tutela determinando a proibição do uso de todo subterfúgio capaz de provocar sofrimento nos animais durante a IV Festa do Laço Comprido, realizada no Município de Rosário do Ivaí (PR). (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 2.721/2015, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que solicita seja encaminhado ao comandante-geral da PMMG pedido de informações sobre quantas e quais unidades utilizam cães e cavalos para policiamento. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 2.722/2015, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que solicita seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial para apuração do crime ambiental ocorrido no Município de São Lourenço, onde aproximadamente oito animais ficam sem água e comida e expostos ao sol durante horas enquanto são utilizados para passeio de crianças. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 2.723/2015, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que solicita seja encaminhado à Polícia Militar do Meio Ambiente de São Lourenço pedido de providências para a apuração da denúncia de maus-tratos contra animais nesse município, em que oito animais estariam ficando expostos ao sol, sem água e comida durante horas, enquanto são utilizados por crianças para passeio, bem como para a autuação dos responsáveis, se verificada a ocorrência desse crime. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 2.724/2015, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que solicita seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Montes Claros pedido de providências para que seja conduzido com rigor e celeridade o inquérito policial instaurado para apurar o crime de maus-tratos ocorrido no Município de Glaucilândia contra um gato doméstico que teve decepados o rabo e uma perna dianteira. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 2.725/2015, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o número e a relação dos órgãos públicos do Estado fazem uso de animais para a realização de serviços,

as espécies utilizadas e seu quantitativo e a existência de cadastro desses animais, com envio de cópia desse documento. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 2.726/2015, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que solicita seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária pedido de providências para a elaboração de laudo técnico sobre as condições de trato, saúde e manutenção dos animais que são comercializados e mantidos no Mercado Central de Belo Horizonte e a incompatibilidade dessa atividade com a legislação vigente. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 2.727/2015, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que solicita seja encaminhado à Procuradoria da República em Viçosa – PRM Viçosa – pedido de providências para a fiscalização do acordado no Termo de Ajustamento de Conduta PRM/GB/MML/2009 – Inquérito Civil Público nº 1.22.000.002516/2002-46, tendo em vista várias denúncias sobre seu descumprimento. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 2.728/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar pedido de providências para a convocação dos excedentes do concurso público realizado para o provimento de vagas do Curso de Formação de Oficiais para o ano de 2016, referente ao Edital nº 10/2014, e para a prorrogação do prazo de validade desse certame.

Nº 2.729/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Rafael Vasconcelos Porto, juiz federal da Subseção Judiciária de Governador Valadares, pela excelência na condução de processos civis e penais que visam ao combate aos crimes contra o patrimônio público e aos atos de corrupção. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 2.730/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. André Prado de Vasconcelos, juiz federal titular da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, pela excelência na condução de processos civis e penais que visam ao combate aos crimes contra o patrimônio público e aos atos de corrupção. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 2.731/2015, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que solicita seja encaminhado à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans – pedido de providências para ampliação do número de vagas de estacionamento destinadas a pessoas com deficiência, nas imediações da Assembleia Legislativa.

Nº 2.732/2015, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a criação de um grupo coordenador constituído de representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, com o propósito de analisar, atualizar e sistematizar a legislação estadual relativa às pessoas com deficiência, nos termos do art. 19 da Lei Complementar nº 78, de 2004..

Nº 2.733/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Campolina – ABCCCampolina – pelo apoio concedido ao Sr. Leonardo Letra, escritor e folclorista idealizador do Projeto Brasil Campolina Marchador, cujo objetivo é levar arte e educação às crianças e aos jovens e promover a raça campolina. (– À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 2.734/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Leonardo Letra, escritor e folclorista idealizador do Projeto Brasil Campolina Marchador, cujo objetivo é levar arte e educação às crianças e aos jovens e promover a raça campolina. (– À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 2.735/2015, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a manutenção da Unidade Central de Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais na Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Nº 2.736/2015, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para assegurar a manutenção do apoio técnico e consultivo aos municípios na implementação de parcerias público-privadas.

Nº 2.737/2015, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado à Unidade Central de Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que mantenha a implementação e o funcionamento de parcerias público-privadas em conformidade com o disposto na Lei nº 18.038, de 2009.

Nº 2.738/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Defesa Social, à Chefia da Polícia Civil, à Corregedoria-Geral da Polícia Civil, ao Comando-Geral da Polícia Militar e à Procuradoria-Geral de Justiça as notas taquigráficas da 50ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em Nanuque, no dia 17/9/2015, e pedido de providências para que sejam apuradas a responsabilidade administrativa do delegado de polícia João Marcos de Almeida pelo uso das redes sociais para proferir críticas à Polícia Militar e fazer publicações depreciativas dos seus membros, durante horário de serviço, bem como pela suposta perseguição contra policiais civis casadas com policiais militares, e a denúncia de descumprimento do horário de plantão na delegacia pela autoridade judiciária, em prejuízo das relações institucionais entre as polícias ostensiva e judiciária e da regular prestação integrada do serviço de segurança pública para a população de Nanuque e região.

Nº 2.739/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para determinar a lavratura de atestado de origem dos problemas psicológicos que acometem o Sd. PM Ederson Rocha Batista, lotado no 5º Pelotão da 165ª Companhia do 30º Batalhão de Polícia Militar, em São João da Ponte.

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 2.209/2015, do deputado Elismar Prado, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 36/2015.

Nº 2.210/2015, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de informações sobre os alvarás sanitários vigentes para os estabelecimentos de comércio de animais vivos do Mercado Central, acompanhado das respectivas cópias.

Proposições não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os cartórios sediados no Estado incluírem nas escrituras públicas o nome e a inscrição no Conselho Regional de Corretores de Imóveis – Creci – da pessoa física ou jurídica responsável pela intermediação de negócios imobiliários e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam os cartórios sediados no Estado obrigados a incluir nas escrituras públicas a serem lavradas o nome e o número do Conselho Regional de Corretores de Imóveis – Creci – da pessoa física ou jurídica responsável pela intermediação de negócios imobiliários.

Art. 2º – Caso não tenha havido intermediação de pessoa física ou jurídica, o fato deve constar na lavratura da escritura pública.

Art. 3º – Em caso de descumprimento da presente lei, ficam os cartórios obrigados a pagar multa no valor de 1.000 Ufemgs (mil Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais).

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de outubro de 2015.

Fabiano Tolentino

Justificação: O presente projeto de lei tem como objetivo especificar, na escritura pública lavrada nos cartórios no Estado, o nome e registro no Creci do corretor de imóveis ou da imobiliária responsável pela intermediação do negócio imobiliário. Caberá ao tabelião, no ato da lavratura da escritura, fazer constar os referidos dados do profissional ou da empresa que intermediou a transação. Com tal medida será possível identificar o responsável pela intermediação em cada transação imobiliária e ainda observar a regularidade do seu registro no órgão de classe.

No mundo dos negócios, o profissional de intermediação existe em diversos segmentos que não poderiam ser desenvolvidos sem eles. Na área imobiliária, o corretor de imóveis é o único profissional habilitado por lei para a intermediação de qualquer negócio imobiliário: compra, venda, permuta e administração. Além do proprietário do imóvel e do corretor imobiliário, ninguém mais pode oferecer negócios nesse segmento no território brasileiro.

O proprietário pode anunciar e vender por conta própria, o que está perfeitamente dentro da lei. Nada impede que ele faça isso, mesmo tendo contratado os serviços de um corretor. Caso o imóvel seja vendido pelo proprietário, nada caberá de comissão ao corretor.

A legislação imobiliária é extensa e complexa, e os contratos de compra e venda são documentos legais. Um corretor de imóveis sabe quais atos precisam ser feitos e pagos, sabe qual a documentação deve ter em ordem para poder vender e como as restrições contratuais e de zoneamento locais podem afetar a transação. Se houver erros na documentação ou algum impedimento relativo à propriedade, o corretor saberá corrigi-los.

Com a apresentação deste projeto de lei, pretende-se o reconhecimento dos serviços prestados pelos corretores de imóveis no exercício de suas atribuições e, ao mesmo tempo, resguardar as partes envolvidas nas operações imobiliárias.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nossos nobres pares à aprovação desta proposição.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Esporte (3), de Meio Ambiente, de Cultura, de Direitos Humanos, de Segurança Pública (2), de Transporte, de Fiscalização Financeira, de Saúde, de Prevenção e Combate às Drogas (2), de Turismo e de Administração Pública.

Questões de Ordem

O deputado João Vítor Xavier – Presidente, o bom é que a retórica permite tudo. Ouvi o deputado que me antecedeu dizer do ódio. Ódio foi o discurso que foi pregado pelo próprio deputado durante 12 anos contra o senador e ex-governador Aécio Neves. Ódio é a maneira com que o PT tem conduzido a relação aqui em Minas Gerais. Quero lembrar muito bem que a Agência Minas apagou a história do nosso estado recentemente. Tudo o que foi construído pelo Estado foi apagado. O deputado que me antecedeu falou de regime democrático. Acho que as regras do regime democrático devem ser seguidas. O PT teve o direito, deputado Bonifácio Mourão, durante toda a história, de propor *impeachment*: propôs *impeachment* do Collor, propôs *impeachment* do Itamar, propôs *impeachment* do Fernando Henrique; aí era movimento democrático. Hoje, quando se fala em *impeachment* da Dilma, é golpe. Por que, quando é para o PT, é democracia e, quando é contra o PT, é golpe? Acho que está na hora de o deputado que me antecedeu começar a enxergar as coisas com um pouco mais de clareza. Quando a crítica vem do PT, é democrática; quando vem dos adversários, é ódio. Quando se fala em Plano Real, em Lei de Responsabilidade Fiscal, em projetos que tiraram milhões e milhões de pessoas da linha da pobreza, isso não existiu. Quando se fala em Bolsa-Família, que começou com a D. Ruth Cardoso, aí, sim, existiu. Vamos serenar os ânimos e reconhecer o que é mais importante, porque ainda há muito a ser feito, e é disso que quero falar, presidente: do muito que ainda tem a ser feito. Quero pedir, aliás, o apoio do deputado Rogério Correia para que ele venha unir-se a nós, porque falo aqui há alguns anos sobre a BR-381, que continua matando. Esta semana estivemos eu, o deputado Bonifácio Mourão, a deputada Celise Laviola, o deputado Celinho do Sinttrocel, que, aliás, foi autor do pedido da reunião com o Dnit, e outros deputados, a deputada Rosângela Reis, deputado Nozinho... Estivemos no Dnit, e sabem o que ouvimos, presidente, do superintendente do Dnit em Minas? Que a obra da BR-381 vai parar mais uma vez, porque não há dinheiro para ela. A presidente Dilma veio aqui oito vezes no ano passado anunciar a liberação dos recursos para o metrô, para o Anel Rodoviário, para a BR-381. Passada a eleição, qual é a realidade? A BR-381 vai parar mais uma vez. Corremos o risco, deputado Wander Borges, que esteve lá conosco e é um lutador antigo nessa causa, corremos o risco até de perder o pouco que já foi feito, porque vem aí o período das chuvas, e qualquer um que entende minimamente de engenharia –



e eu, que não sou especialista, busquei me informar com amigos da área – sabe que corremos o risco de perder até a terraplenagem que já foi feita, de ter a terraplenagem prejudicada pelo período extenso de chuvas – que espero Deus nos mande, porque precisamos de água neste momento –, de perder esta obra, de perder esse investimento porque a obra está parada. Do único trecho que estava andando, que é o trecho que vai de Barão de Cocais a Caeté, cortaram mais de R\$28.000.000,00 dos R\$35.000.000,00 previstos para esse período. O trecho de Caeté a Belo Horizonte sequer foi licitado, e eu ouvi do superintendente do Dnit que não há perspectiva de licitação. Dizem que a BR-381 vai ser duplicada de Belo Horizonte a Valadares, é outra mentira, porque, quanto ao trecho de Ipatinga a Valadares, pelo qual o deputado Mourão luta, ao qual a deputada Celise se dedica tanto, não existe previsão de duplicação desse trecho. Vamos parar de permitir que o governo federal minta ao povo mineiro. O que a presidenta Dilma faz com o povo de Minas é um crime. Ela está mentindo ao povo de Minas, ela mentiu para ganhar a eleição, ela mentiu para se manter no poder e mente novamente a respeito da BR-381. Pedi ao deputado Durval Ângelo agora há pouco, e fui muito bem recebido por ele, como de costume – eu e o deputado Celinho –, que o governador do Estado receba essa comitiva de deputados que são votados na BR-381. Repasso em Plenário o apelo ao deputado Durval Ângelo. Precisamos de uma união suprapartidária, não só o PSDB, o PT, o PMDB, o PDT, precisamos de todos os deputados desta Casa unidos para que a BR-381 saia do papel. “Não há dinheiro neste momento para a BR-381”, palavras do superintendente do Dnit em Minas Gerais. Queremos que o governador de Minas, Fernando Pimentel, acompanhe a bancada da Assembleia Legislativa a Brasília para irmos à presidente Dilma, ao ministro do Transporte, à direção do Dnit em Brasília solicitar que essa obra não pare mais uma vez. Fazemos esse apelo ao presidente da Casa, deputado Adalclever Lopes, e ao líder do governo, para que intercedam junto ao governador do Estado, para que vá a Brasília acompanhando a bancada mineira, não permitindo a paralisação das obras da BR-381. Essa não é uma obra de partido ou do Estado, mas sim de Nação. O povo mineiro está morrendo na BR-381, e esta Casa não pode compactuar com isso. Muito obrigado, presidente.

O deputado Durval Ângelo – Sr. Presidente, contei uma fábula do Esopo ontem e não contarei outra hoje, porque já foi contada uma aqui e é desnecessário fazê-lo novamente. Tentarei desmitificar essa fábula. Nota do governo de Minas Gerais: (– Lê:) “Não procede a informação de que o atual governo de Minas Gerais tenha apagado informações e registros de administrações anteriores. O novo *site* da Agência Minas Gerais, portal de notícias do governo mineiro, foi lançado na manhã de hoje, 21/10/2015, com visual renovado em informações.” É bom deixar bem claro que o *site* antigo reportava às secretarias. Quem consultá-las verá todas as matérias preservadas. Então, se alguém quiser saber sobre a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, encontrará informações a respeito do presidente *ad hoc* desta reunião, com toda a certeza. Agora, o novo *site* não fará como o anterior, ou seja, reproduzir matérias das secretarias. As matérias são novas. Já que o deputado está com a página da Secretaria de Estado de Defesa Social aberta, pode encontrar todas as informações a respeito do exercício do ex-secretário Lafayette de Andrada naquela Pasta. Todas as informações referentes às gestões anteriores podem ser encontradas no *site* da Secretaria de Estado de Governo e das demais secretarias. Além disso, todo e qualquer cidadão que queira acessar as informações públicas pode utilizar a Lei de Acesso à Informação, sancionada pela presidente Dilma Rousseff. Escrevi hoje um artigo para o jornal *O Tempo* intitulado “Tempos sombrios”, onde digo que um setor da oposição usa os mesmos métodos do nazifascismo, da mentira, da enganação ou, quem sabe?, do seu ministro de propaganda, que repetiu uma mentira cem vezes até que ela se tornasse verdade. Então, acho que é isso que existe aqui. É uma fábula que o deputado João Leite contou. Ele tem dito aqui muitas fábulas. Repetiu mais uma nesta manhã. Ele é o mais fabulista desta Assembleia. Digo isso até para que ele tenha o art. 164, para dar motivo para tê-lo, porque não o tinha até agora. Quero deixar bem claro que essa informação é mentirosa. São os mesmos métodos do nazifascismo, de repetir uma mentira até que ela se torne verdade. Quanto ao pedido do deputado Celinho e do deputado que me antecedeu de audiência com o governador Fernando Pimentel para tratar da BR-381, farei o encaminhamento para os deputados que atuam nessa rodovia – na realidade, são quase todos os 77 parlamentares. Qualquer pessoa que me ouve agora pode acessar o *site* das secretarias, porque o *site* da nova agência de notícias de Minas só trará informação nova, produzida para alimentar permanentemente a imprensa. Essa é a grande questão. Como diz João, mas João do Evangelho, o evangelista, em 8:32: “Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. Acho que esse é o conhecimento da verdade que tem de ficar claro. Hoje temos um governador que tem compromisso com a verdade. Fernando Pimentel não quer uma Minas da fantasia. Ninguém mora na Minas da propaganda, moramos na Minas real. Esse é o compromisso do governador. Então, é esse compromisso que tem de ficar claro e evidente para todos, não fábulas, não mentiras, repetidas à exaustão, como se tivessem se tornado verdade. Leiam o meu artigo de hoje que V. Exas vão entender que a mentira faz parte dos tempos sombrios.

A deputada Celise Laviola – Agradeço ao Exmo. Sr. presidente por conceder-me a palavra. Cumprimento todas as minhas colegas deputadas, todos os meus colegas deputados e todos que nos acompanham. “E Jesus, ouvindo isso, disse: esta enfermidade não é para a morte, mas para a glória de Deus, para que o Filho de Deus seja glorificado por ela” (João 11:4). O que me traz aqui hoje, nesta questão de ordem, são alguns abusos que aconteceram na Comissão de Segurança Pública. Dia 20, de forma desrespeitosa, os deputados da oposição na Comissão de Segurança Pública usaram o espaço destinado a discussões em benefício da sociedade para promoção política pessoal. Num período em que a sociedade requer contenções de gastos, os deputados da oposição vêm usando recursos públicos para crescer politicamente e aparecer na mídia como heróis. Esse oportunismo é inaceitável, bem como é inaceitável a manipulação dos fatos para colocar a sociedade contra a posição, que luta para pôr em andamento o projeto do governo escolhido pelo povo. A Comissão de Segurança Pública tem realizado excessivas audiências públicas, repetindo os mesmos temas – a maioria fora da Assembleia –, e visitas técnicas. Tudo isso provoca despesas. Eu, ciente do meu compromisso com a sociedade, não poderia deixar que a comissão servisse de palanque para defender as ambições políticas de deputados que não estão tão compromissados com o povo como dizem estar. Fato é que somente requerimentos de audiências públicas e de diversos deputados foram rejeitados, não todos os requerimentos de um único deputado. Aproveito a oportunidade para me defender das acusações de que eu tenho servido de fantoche político. Talvez as pessoas não tenham me visto travando debates ferrenhos na frente das câmeras, enfrentando a mídia, e isso vai continuar acontecendo. Vou continuar não agindo dessa forma, pois não é a minha maneira de fazer política. Não tenho o menor interesse em estrelismo, em aparecer, por isso a minha política é feita recebendo dentro do meu gabinete, visitando as minhas bases, com compromisso com o meu povo, com o povo que me escolheu, e não com a mídia, aparecendo sob os holofotes da mídia.



Não estou aqui nem fui eleita para isso. Lembro-me da situação recente da rebelião que resultou na crise carcerária em Governador Valadares. Não dependi de requerimento de audiência pública da comissão, como aconteceu para ir visitar o presídio de Teófilo Ottoni, dizendo que os presos lá estavam devido à rebelião de Valadares, que tinham matado presos e tal. Não dependi, não. Fui imediatamente. Recebi a notícia dizendo: “Celise, o presídio de Governador Valadares está em rebelião”. Para lá eu fui, para lá me desloquei, lá utilizei todos os meios possíveis que eu tinha para contornar a situação. Até levamos a Secretaria de Defesa Social para lá e conseguimos contornar a situação, agindo de forma definitiva, construtiva, positiva. Com relação à nomeação dos investigadores concursados da Polícia Civil de Minas Gerais, informo e deixo claro que já foi aprovado requerimento na Comissão de Direitos Humanos e já encaminhei a todos os órgãos responsáveis e envolvidos no assunto ofícios que reiteram o meu compromisso de luta com eles, reivindicando que essa situação seja resolvida e esclarecida. Não posso tomar atitudes pelo Poder Executivo, mas posso e continuo lutando por todos os interesses da população, especialmente das classes da segurança pública junto ao governo, o que é meu papel. Tenho a consciência do meu trabalho e do compromisso com ele. Reafirmo que aprecio muito a participação de todos no exercício do meu mandato, que é do povo mineiro, não é só meu. Eu e meu gabinete, por todos os meios, estamos disponíveis e dispostos a atender a todos. Muito obrigada.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde. Criamos essa TV – eu falava com o Eduardo, eterno diretor desta Casa – há 19 anos, justamente para mostrar a realidade do que acontece aqui. Os senhores, das galerias, estão tendo oportunidade de presenciar, mas os telespectadores e os moradores das nossas cidades... Hoje estamos em mais de 300 municípios, e estamos dizendo que os 853 municípios não tinham oportunidade de presenciar o que acontecia aqui, no dia a dia. Hoje estamos vendo aqui um partido e um deputado – vou quebrar o galho do deputado Rogério Correia agora, citarei o nome dele – colocarem uma vida de um faz de conta que não está acontecendo. O Brasil não está passando nenhuma dificuldade, e – repito isto – não enfrentamos o desemprego da Dilma. Outro dia, o deputado Rogério Correia brigou comigo ali na porta, porque eu disse que ele era o Rogério da Dilma, do PT. Ele brigou, ficamos uma semana sem conversar – depois voltamos a conversar. Hoje, quando o vejo falar que voltou para o jornal *Estado de Minas* porque a Andrea... Não tem nada disso, ele voltou porque ele fez alguma coisa. Saiu na coluna, que é a mais lida hoje em Minas Gerais, vamos dizer assim, porque ele fez uma coisa que não é inédita. Nunca vi o deputado Rogério Correia nem nunca vi um candidato do PT dizer: “Mande no meu WhatsApp, entre e participe de um sorteio de um livro”. Até achei esse livro fabuloso, tenho de parabenizar, todos temos de ler. Entrei também agora, depois que vi a matéria, no jornal, estão lá para sortear. Precisa um deputado do nível do deputado Rogério Correia colocar lá: “Gente, pelo amor de Deus, mande aqui”? Tem de sair uma nota no jornal, sim, é o desespero de um deputado que está vendo que o governo está mal, que o governo não está fazendo a BR-381, que o governo não está fazendo nada. Tem de ser feita alguma coisa. É a realidade. Que dia que você veria o deputado Rogério Correia, quando era oposição, dizer: “Entre no meu Facebook, entre no meu Instagram”. Não ia, deputado Rogério Correia. Foi novidade, sim, para toda a imprensa, o seu sorteio. Se fosse um sorteio dos deputados Alencar da Silveira Jr., João Leite ou de outro aqui, não haveria problema nenhum. Mas pelo deputado Rogério Correia, é lógico que há, é esquisito. Vou falar, Deputado Ricardo Faria: “Vote, entre no meu...”. Agora, quando V. Exa. chega e diz que não temos problema, quando o deputado Durval afirma que não temos problema nenhum no Brasil... Gente, o problema está aí. Estamos com um nível alto de desemprego. O Brasil precisa ser passado a limpo. Vou repetir para os senhores e para as senhoras, olhem o que vai acontecer nos próximos meses neste país: a Dilma, com a sua Lei de Responsabilidade Fiscal, pedalou, fez e saiu da lei de responsabilidade, e o governo também saiu. Agora, há 853 municípios em Minas Gerais que não têm condição de fazer os pagamentos porque não têm repasse do governo federal. Diminuiu-se o repasse do governo federal, diminuiu-se o repasse do governo estadual, como é que esses prefeitos vão fazer agora? Esta Casa precisa começar a pensar isso com seriedade. É preciso trazer todos os prefeitos aqui e arrumarmos uma solução. Qual será a solução para os mais de 820 municípios? Qual será a solução para os mais de 820 prefeitos? Prefeitos que não poderão ser candidatos a reeleição porque não vão ter contas aprovadas. Eles não vão ter contas aprovadas porque administraram mal, não, pois há muita gente séria. Eles não vão ter as contas aprovadas porque o governo não fez o repasse. Não vão ter as contas aprovadas porque o governo estadual também não está fazendo sua parte. Então, essa é a dificuldade. Para completar, Sr. Presidente, vou voltar, mais uma vez, no que digo: é eleição geral agora. É eleição geral. É colocar todos os cargos à disposição. O Brasil precisa de uma mudança. Estou falando aqui porque daqui a 20 anos meu filho ouvirá outro deputado falar, porque isso já aconteceu. Quero lembrar a V. Exa.: o que a gente fala aqui hoje, o que Tiago Ulisses fala aqui hoje, o que Agostinho Patrus Filho fala aqui hoje, ele já ouviu seu pai falar há 30 anos. Eu tive como colegas todos eles, e estamos vendo que já se passaram 20 anos, já se passaram 30 anos, e continua a mesmice. Eleição geral, Sr. Presidente. Unificação das eleições. Um Brasil melhor, com um futuro melhor para nossos filhos e para nossos netos. Fim das emendas parlamentares, porque se não houvesse essas emendas esta Casa estaria aqui fazendo o papel que ela precisa fazer: legislar e fiscalizar. Aí eu iria querer ver como ficaria o governo, porque teríamos 77 deputados, com certeza, legislando, fiscalizando e apresentando um bom projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Duarte Bechir – Sr. Presidente, senhores parlamentares, venho, neste momento importante do Parlamento mineiro, trazer uma comunicação também muitíssimo importante. Esta Casa, na próxima segunda-feira, atendendo a requerimento da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, promoverá um encontro ao qual estarão presentes representantes dos segmentos dos deficientes do Estado de Minas Gerais. Promoveremos o debate público acerca da lei da inclusão, ou seja, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Vários dos convidados já garantiram presença, e, para que tenhamos um debate de altíssimo nível, o Comped fez com que a organização para segunda-feira acontecesse também aqui no Parlamento, e teremos Casa cheia. O que é mais importante, Sr. Presidente, que gostaria de comunicar aos demais pares, é que também foi aprovado um requerimento da comissão pelo qual solicitamos ao governo do Estado e ao presidente da Casa que façamos a compilação das leis que até hoje já foram aprovadas, mas que não foram executadas. E por quê, presidente? O Estatuto da Pessoa com deficiência enumera em seu conteúdo temas que dizem respeito à saúde, ao transporte e à educação da pessoa com deficiência. E nós temos no Estado de Minas diversas leis que também trazem, como temas principais, a educação, a saúde e a habitação. Vamos ter uma ideia, segunda-feira, do que traz de novidade o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e após, em cada uma das audiências, com os respectivos assuntos, nós discutiremos



na comissão o caso da educação e do trabalho. Em Minas há mais de mil e trezentas vagas aguardando preenchimento por pessoas com deficiência. E muitas dessas pessoas, deputado Mourão, não tiveram a oportunidade de ter um treinamento especializado para assumirem a vaga.

Chamaremos o Sistema S para promover treinamentos para pessoa com deficiência e tratar dos demais assuntos. Estamos recebendo constantemente, às sextas-feiras, pessoas que reclamam do tratamento da BHTrans. Uma mãe com dois filhos deficientes: o maior na cadeira de rodas; o outro já grande, e ela o traz no colo, como canguru – e aquela peça se chama canguru – porque o ônibus não tem dois lugares para atender a uma mãe como essa, que tem dois filhos deficientes. Os assuntos são muitos, e convido as pessoas de casa. A nossa audiência pública será transmitida pela TV Assembleia, e aqueles que ainda não se manifestaram para participar, que venham conosco. O deputado Eduardo Barbosa, por exemplo, um dos grandes defensores das Apaes do nosso estado e do Brasil, já confirmou a presença como um dos debatedores, e o presidente da associação nacional das pessoas com deficiência também confirmou sua presença, entre outras autoridades da nossa Minas Gerais. Deixo o convite para que na próxima segunda-feira, às 13h30min, possamos estar todos nesta Casa, não só os integrantes da comissão, mas que os deputados venham conosco participar desse importantíssimo debate que diz respeito à lei da inclusão ou ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, promovido pela Assembleia. E para concluir, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes, confirmou que fará a abertura do evento na segunda-feira, às 13h30min. Obrigado, presidente.

Oradores Inscritos

– Os deputados Celinho do Sinttrocel, Bonifácio Mourão e Léo Portela proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despacho anterior e determina que o Projeto de Lei nº 938/2015 seja distribuído à Comissão de Meio Ambiente, em razão da natureza da matéria. Ficam mantidos a distribuição às Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira e os demais atos processuais praticados até o momento.

Mesa da Assembleia, 22 de outubro de 2015.

Lafayette de Andrada, 2º-vice-presidente, no exercício da presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 83, c/c o § 2º do art. 173, do Regimento Interno, torna sem efeito a anexação do Projeto de Lei nº 2.610/2015, do deputado Sargento Rodrigues, ao Projeto de Lei nº 2.422/2015, do deputado Fred Costa, e determina a anexação do primeiro ao Projeto de Lei nº 2.946/2015, do governador do Estado, por guardarem semelhança entre si e por tratarem de matéria de iniciativa privativa do governador do Estado.

Mesa da Assembleia, 22 de outubro de 2015.

Lafayette de Andrada, 2º-vice-presidente, no exercício da presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação dos Projetos de Lei nºs 675 e 2.361/2015, do deputado Fred Costa, 1.252/2015, do deputado Arnaldo Silva, e 1.740/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro, ao Projeto de Lei nº 2.946/2015, do governador do Estado, por guardarem semelhança entre si e por tratarem de matéria de iniciativa privativa do governador do Estado.

Mesa da Assembleia, 22 de outubro de 2015.

Lafayette de Andrada, 2º-vice-presidente, no exercício da presidência.

Designação de Comissões

A presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.717. Pelo Bloco Minas Melhor – BMM: efetivos – deputados Durval Ângelo e Bosco; suplentes – deputados Rogério Correia e Geraldo Pimenta; pelo Bloco Compromisso com Minas Gerais – BCMG: efetivos – deputados Agostinho Patrus Filho e Anselmo José Domingos; suplentes – deputados Glaycon Franco e Dirceu Ribeiro; pelo Bloco Verdade e Coerência – BVC: efetivo – deputado Gustavo Corrêa; suplente – deputado Gil Pereira. Designo. Às Comissões.

A presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 38/2015. Pelo BMM: efetivos – deputados Paulo Lamac e Professor Neivaldo; suplentes – deputados Fábio Avelar Oliveira e Emidinho Madeira; pelo BCMG: efetivo – deputado Duarte Bechir; suplente – deputado Fabiano Tolentino; pelo BVC: efetivos – deputados Bonifácio Mourão e Dalmo Ribeiro Silva; suplentes – deputada Ione Pinheiro e deputado Felipe Attiê. Designo. Às Comissões.

A presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2015. Pelo BMM: efetivos – deputados Rogério Correia e Professor Neivaldo; suplentes – deputados Emidinho Madeira e Fábio

Avelar Oliveira; pelo BCMG: efetivos – deputados Cássio Soares e Isauro Calais; suplentes – deputados Fábio Cherem e Roberto Andrade; pelo BVC: efetivo – deputado Bonifácio Mourão; suplente – deputado Dalmo Ribeiro Silva. Designo. Às Comissões.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que o Projeto de Lei nº 2.937/2015, do governador do Estado, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, foi publicado no *Diário do Legislativo* de sexta-feira, dia 2/10/2015, e distribuído em avulso, por meio eletrônico, às deputadas e aos deputados em 16/10/2015. A presidência informa, ainda, que o prazo de 20 dias para apresentação de emendas ao projeto, na Comissão de Fiscalização Financeira, teve início no dia 19/10/2015 e será encerrado no dia 9/11/2015.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que o Projeto de Lei nº 2.938/2015, do governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2016, foi publicado no *Diário do Legislativo* de sexta-feira, dia 2/10/2015, e distribuído em avulso, por meio eletrônico, às deputadas e aos deputados em 16/10/2015. A presidência informa, ainda, que o prazo de 20 dias para apresentação de emendas ao projeto, na Comissão de Fiscalização Financeira, teve início no dia 19/10/2015 e será encerrado no dia 9/11/2015.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 2.575 a 2.579, 2.636 a 2.638 e 2.656/2015, da Comissão de Meio Ambiente, 2.653 a 2.655, 2.731 e 2.732/2015, da Comissão da Pessoa com Deficiência, 2.657 a 2.659 e 2.699/2015, da Comissão de Direitos Humanos, 2.664/2015, da Comissão de Justiça, 2.665 a 2.668/2015, da Comissão de Cultura, 2.669/2015, da Comissão de Transporte, 2.674 a 2.676 e 2.678 a 2.681/2015, da Comissão de Saúde, 2.694/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, 2.709 a 2.718, 2.728, 2.738 e 2.739/2015, da Comissão de Segurança Pública, e 2.735 a 2.737/2015, da Comissão de Administração Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões:

de Prevenção e Combate às Drogas (2) – aprovação, na 18ª Reunião Ordinária, em 6/10/2015, dos Projetos de Lei nºs 2.071/2015, do deputado Bonifácio Mourão, e 2.185/2015, do deputado Noraldino Júnior; e aprovação, na 19ª Reunião Ordinária, em 20/10/2015, dos Projetos de Lei nºs 2.087/2015, do deputado Léo Portela, e 2.412/2015, do deputado Deiró Marra, e dos Requerimentos nºs 2.553 a 2.555/2015, do deputado Léo Portela;

de Esporte (3) – aprovação, na 20ª Reunião Ordinária, em 6/10/2015, dos Projetos de Lei nºs 2.188/2015, do deputado Adalclever Lopes, com a Emenda nº 1, 1.079/2015, do deputado Sargento Rodrigues, 1.896/2015, do deputado Carlos Pimenta, 1.977/2015, do deputado Roberto Andrade, 2.042/2015, do deputado Braulio Braz, 2.161/2015, do deputado Cristiano Silveira, 2.171/2015, do deputado Cássio Soares, 2.198/2015, do deputado Bosco, 2.200/2015, do deputado Geraldo Pimenta, e 2.455/2015, do deputado João Vítor Xavier, e do Requerimento nº 2.463/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho; aprovação, na 21ª Reunião Ordinária, em 13/10/2015, dos Projetos de Lei nºs 2.457/2015, do deputado Cássio Soares, com a Emenda nº 1, e 2.499/2015, do deputado Ulysses Gomes; e aprovação, na 22ª Reunião Ordinária, em 20/10/2015, do Requerimento nº 2.610/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.;

de Meio Ambiente – aprovação, na 22ª Reunião Ordinária, em 7/10/2015, dos Projetos de Lei nºs 2.086/2015, do deputado Léo Portela, e 2.187/2015, do deputado Duarte Bechir;

de Cultura – aprovação, na 26ª Reunião Ordinária, em 7/10/2015, dos Requerimentos nºs 2.335 a 2.337, 2.389 e 2.390/2015, do deputado Bosco, 2.404/2015, do deputado Noraldino Júnior, e 2.519 e 2.540/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel;

de Direitos Humanos – aprovação, na 22ª Reunião Extraordinária, em 8/10/2015, do Projeto de Lei nº 1.612/2015, do deputado Rogério Correia, e do Requerimento nº 2.465/2015, da Comissão Extraordinária das Mulheres;

de Segurança Pública (2) – aprovação, na 25ª Reunião Ordinária, em 13/10/2015, do Projeto de Lei nº 1.810/2015, do deputado João Vítor Xavier, e dos Requerimentos nºs 2.231, 2.234 a 2.236, 2.238, 2.255 a 2.262, 2.275 e 2.286/2015, do deputado Cabo Júlio, 2.403, 2.474, 2.476, 2.479, 2.482 e 2.483/2015, do deputado Noraldino Júnior, 2.451/2015, das Comissões do Trabalho, de Turismo e de Assuntos Municipais, 2.528/2015, do deputado Iran Barbosa, 2.551/2015, do deputado Paulo Lamac, 2.436, 2.440, 2.466, 2.467, 2.527, 2.544, 2.556 a 2.558, 2.562 e 2.573/2015, do deputado Sargento Rodrigues; e aprovação, na 26ª Reunião Ordinária, em 20/10/2015, dos Requerimentos nºs 2.326 a 2.328, 2.333, 2.380 a 2.384, 2.386, 2.388, 2.395 e 2.398/2015, do deputado Cabo Júlio, 2.581, 2.585 e 2.587/2015, do deputado Douglas Melo, e 2.609, 2.612 a 2.614, 2.616 a 2.618, 2.625 a 2.628 e 2.630 a 2.632/2015, do deputado Noraldino Júnior;

de Transporte – aprovação, na 10ª Reunião Extraordinária, em 13/10/2015, dos Projetos de Lei nºs 1.375/2015, do deputado Durval Ângelo, com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e 1.773/2015, do deputado Anselmo José Domingos, e dos Requerimentos nºs 2.268/2015, do deputado Antônio Jorge, 2.290, 2.291 e 2.293/2015, do deputado Anselmo José Domingos, 2.329/2015, das Comissões de Saúde e de Direitos Humanos, 2.387/2015, do deputado Anselmo José Domingos, 2.402/2015, do deputado Douglas Melo, 2.406 e 2.407/2015, do deputado Noraldino Júnior, 2.431/2015, do deputado Duarte Bechir, 2.485/2015, do deputado Douglas Melo, e 2.511/2015, da Comissão de Administração Pública;

de Fiscalização Financeira – aprovação, na 27ª Reunião Ordinária, em 14/10/2015, dos Projetos de Resolução nºs 27 a 30/2015, da Comissão de Fiscalização Financeira;

de Saúde – aprovação, na 28ª Reunião Ordinária, em 14/10/2015, dos Projetos de Lei nºs 1.183/2015, do deputado Leonídio Bouças, 2.205/2015, do deputado Fred Costa, e 2.266/2015, do deputado Cássio Soares;

de Turismo – aprovação, na 19ª Reunião Ordinária, em 20/10/2015, do Projeto de Lei nº 2.203/2015, do deputado Fred Costa, e dos Requerimentos nºs 2.410/2015, do deputado Felipe Attiê, 2.447/2015, da Comissão de Minas e Energia, 2.520/2015, do deputado Thiago Cota, 2.580/2015, do deputado Duarte Bechir, e 2.583 e 2.584/2015, do deputado Douglas Melo;



e de Administração Pública – aprovação, na 22ª Reunião Ordinária, em 20/10/2015, dos Requerimentos nºs 2.574/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, e 2.586/2015, do deputado Douglas Melo (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, os Requerimentos Ordinários nºs 2.192, 2.193, 2.194, 2.195, 2.196, 2.197, 2.198 e 2.208/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita a retirada de tramitação dos Projetos de Lei nºs 546, 911, 727, 192, 43, 95, 180 e 365/2015, respectivamente; o Requerimento Ordinário nº 2.205/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 695/2015; e o Requerimento Ordinário nº 2.209/2015, do deputado Elismar Prado, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 36/2015 (Arquivem-se os projetos.); nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 2.206/2015, do deputado Thiago Cota e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear o Lions Clube de Mariana e o Lions Clube de Ouro Preto pelos relevantes serviços prestados à comunidade desses municípios; e, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 2.207/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.257/2014.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, e tendo em vista a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 546/2015, do deputado Fred Costa, reforma despacho anterior e determina a anexação do Projeto de Lei nº 2.018/2015, do deputado Ricardo Faria, ao Projeto de Lei nº 98/2015, do deputado Fred Costa, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 22 de outubro de 2015.

Lafayette de Andrada, 2º-vice-presidente, no exercício da presidência.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que, com a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 911/2015, do deputado Fred Costa, o Projeto de Lei nº 2.016/2015, do deputado Elismar Prado, passa a tramitar, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 12. Assim sendo, a presidência, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno, encaminha o Projeto de Lei nº 2.016/2015 às Comissões de Justiça e de Educação para parecer. Ficam mantidos os demais atos processuais praticados até o momento.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que, com a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 727/2015, do deputado Fred Costa, o Projeto de Lei nº 1.029/2015, do deputado Sargento Rodrigues, passa a tramitar, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 12. Assim sendo, a presidência, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno, encaminha o Projeto de Lei nº 1.029/2015 às Comissões de Justiça e de Saúde para parecer. Ficam mantidos os demais atos processuais praticados até o momento.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que, com a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 192/2015, do deputado Fred Costa, o Projeto de Lei nº 2.613/2015, do deputado Ricardo Faria, passa a tramitar, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 12. Assim sendo, a presidência, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno, encaminha o Projeto de Lei nº 2.613/2015 às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer. Ficam mantidos os demais atos processuais praticados até o momento.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que, com a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 43/2015, do deputado Fred Costa, o Projeto de Lei nº 863/2015, do deputado Arlen Santiago, passa a tramitar, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 12. Assim sendo, a presidência, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno, encaminha o Projeto de Lei nº 863/2015 às Comissões de Justiça, de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira para parecer. Ficam mantidos os demais atos processuais praticados até o momento.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, e tendo em vista a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 43/2015, do deputado Fred Costa, reforma despacho anterior e determina a anexação dos Projetos de Lei nºs 1.138/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., 1.730/2015, do deputado Anselmo José Domingos, 1.848/2015, do deputado Elismar Prado, e 2.438/2015, do deputado Antônio Jorge, ao Projeto de Lei nº 863/2015, do deputado Arlen Santiago, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 22 de outubro de 2015.

Lafayette de Andrada, 2º-vice-presidente, no exercício da presidência.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que, com a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 95/2015, do deputado Fred Costa, o Projeto de Lei nº 680/2015, do deputado Fábio Cherem, passa a tramitar, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 12. Assim sendo, a presidência, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno, encaminha o Projeto de Lei nº 680/2015 às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer. Ficam mantidos os demais atos processuais praticados até o momento.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que, com a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 180/2015, do deputado Fred Costa, o Projeto de Lei nº 835/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., passa a tramitar, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 12. Assim sendo, a presidência, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno, encaminha o Projeto de Lei nº 835/2015 às Comissões de Justiça e de Transporte para parecer. Ficam mantidos os demais atos processuais praticados até o momento.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que, com a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 695/2015, do deputado Anselmo José Domingos, o Projeto de Lei nº 1.839/2015, do deputado Anselmo José Domingos, passa a tramitar, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 12. Assim sendo, a presidência, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno, encaminha o Projeto de Lei nº 1.839/2015 às Comissões de Justiça e de Meio Ambiente para parecer. Ficam mantidos os demais atos processuais praticados até o momento.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que, com a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 36/2015, do deputado Elismar Prado, os Projetos de Lei Complementar nºs 43 e 44/2015, do deputado Elismar Prado, passam a tramitar, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 12. Assim sendo, a presidência, nos termos do art. 188, c/c o art. 102 do Regimento Interno, encaminha os Projetos de Lei Complementar nºs 43 e 44/2015 às Comissões de Justiça e de Assuntos Municipais para parecer. Ficam mantidos os demais atos processuais praticados até o momento.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, ilustre deputado Lafayette de Andrada, ilustre líder deputado Bonifácio Mourão, o que me trouxe, Sr. Presidente, à tribuna na tarde desta quinta-feira foram dois artigos do Regimento Interno, os arts. 164 e 62, especialmente este último, deputado Bonifácio Mourão, que diz: (- Lê:) “O deputado acusado da prática de ato que ofenda a sua honorabilidade poderá requerer ao presidente da Assembleia que mande apurar a veracidade da arguição e, não provada a procedência, imponha ao deputado ofensor a penalidade regimental cabível.” Olha, estava ali, agora há pouco, na antessala do Plenário, recebendo a visita do jogador do Cruzeiro William, que está realizando uma belíssima campanha a favor do garoto Matheus, quando a ilustre deputada Celise Laviola ocupou esta tribuna, e não sei por que não citou, mas poderia ter citado, o nome dos deputados João Leite e Sargento Rodrigues, já que citava os deputados da oposição da Comissão de Segurança Pública. Gostaria muito que a deputada Celise Laviola pudesse estar aqui presente no Plenário para me ouvir, até porque trouxe aqui informações no mínimo inverídicas, tais como: (- Lê:) “Ontem, de forma desrespeitosa, os deputados da oposição da Comissão de Segurança Pública usaram o espaço destinado a discussões em benefício da sociedade para a promoção política pessoal”. Quero dizer à deputada Celise Laviola que sempre tive por ela muito respeito, mas não posso admitir que ela venha à tribuna desta Casa dizer uma série de mentiras. E foi o que ela fez. Olhem, desafio não só a deputada Celise Laviola, mas qualquer deputado deste Parlamento a dizer e provar que estou na Comissão de Segurança Pública para promoção política pessoal. Bom, sou um deputado, deputada Celise Laviola, talvez V. Exa. não saiba, que não tem uma falta na Comissão de Segurança Pública. Realizamos 55 reuniões extraordinárias da comissão, e eu não tenho nenhuma falta. Não é o caso de V. Exa. Procure, depois, saber, junto à assessoria da comissão, quantas V. Exa. tem nas reuniões ordinárias e extraordinárias. Tenho uma disposição enorme para trabalhar. Respeito o eleitor, que me concedeu uma procuração, deputado Bonifácio Mourão, não a com poderes específicos, que é entregue a um advogado, mas uma procuração muito mais alargada, que é o voto que nos foi confiado nas urnas. Disse à deputada, desta tribuna, o seguinte: (- Lê:) “Os deputados da oposição vêm usando recursos públicos para crescer politicamente e aparecer na mídia como heróis”. Deputada Celise Laviola, o crescimento deste deputado não é com os recursos da Assembleia, é com o trabalho realizado na Assembleia. V. Exa. tem de se curvar diante daquilo que é real, que acontece. Deputada Celise Laviola, exerço o mandato de mãos limpas. Não tenho empresário financiando as minhas campanhas, não me promiscuo no exercício do mandato. Estou aqui todos os dias no Plenário e nas comissões. Exerço, de forma limpa e transparente, o mandato. Sou autor de 44 leis, quatro emendas à Constituição. Talvez, deputado Bonifácio Mourão, seja o autor de emenda das mais importantes que foram aprovadas neste Parlamento, pelo menos nas últimas três décadas, a Emenda à Constituição nº 91, que aboliu toda e qualquer forma de votação secreta no âmbito do Legislativo Estadual. Sou autor da proposta de emenda à Constituição que propõe desconto no salário do deputado que não compareça à reunião de votação, porque entendo que mandato, deputado Bonifácio Mourão, deve ser realizado com dedicação exclusiva. Fui autor de um artigo que até hoje não achei um corajoso para vir aqui contrapor. O artigo diz o seguinte: “Legislar ou prostituir?”. Não faço do mandato bico, o mandato que exerço é de dedicação exclusiva. S. Exa. a deputada Celise Laviola continuou nos seus impropérios: “Junto a esse *post*, documentos revelam os gastos excessivos da Comissão de Segurança Pública na realização de audiências, fazendo até o uso, reiteradas vezes, do avião da Assembleia para garantir o luxo e o conforto que os deputados da oposição querem esconder”. Deputada Celise Laviola, o avião da Assembleia é utilizado pelos 77 parlamentares, não é utilizado apenas pela Comissão de Segurança Pública. Quando voamos para atender ao requerimento de V. Exa. em Aimorés, V. Exa. foi no avião da Assembleia junto conosco; quando voamos para Andradas, outro grupo de deputados; quando voamos para o município lá do Jequitinhonha, os deputados Doutor Jean Freire, João Alberto e tantos outros. Presidente, não dá para ouvir aqui uma deputada dizer tantos impropérios, deputado Bonifácio Mourão. Por que a deputada Celise Laviola não disse que utilizar um Plenarinho desta Casa configura crime de improbidade para lançamento de livro? Será por quê? É porque o outro partido que provocou a reunião é aliado dela? Deputada Celise Laviola, como disse o deputado João Leite, V. Exa. terá de provar suas acusações, que são gravíssimas. Vou requerer, presidente, por meio do art. 62 – será protocolado hoje ainda na Mesa da Assembleia –, que a deputada Celise Laviola venha aqui apontar o que é promoção pessoal, o que é gasto excessivo da Comissão de Segurança Pública. Se V. Exa. não teve a coragem de se postar como uma deputada consciente na votação de requerimentos que V. Exa. ajudou a rejeitar, e que respeito... Os requerimentos, deputado Bonifácio Mourão, eram para realizar audiências públicas em diversas partes do Estado para ouvir a população, para propor, para intermediar, porque é isso o que o deputado faz. Infelizmente, se a deputada for atacada nas redes sociais, não tenho culpa, não é culpa minha. A TV Assembleia estava gravando, estava transmitindo, ao vivo, quando a deputada ajudou a derrotar requerimentos. Talvez a deputada precise de um pouco mais de firmeza nas decisões que ela toma no âmbito da comissão. Mas encerro, presidente, dizendo que o requerimento deste deputado – o deputado João Leite, também, da mesma forma, foi desrespeitado e ofendido gravemente pela deputada Celise Laviola, e é assim que me senti – será aportado. Exigirei do presidente que ele determine a apuração por meio do Conselho de Ética. Quero ver o Conselho de Ética desta Casa funcionar, pela primeira vez, para provar se este deputado e o deputado João Leite utilizaram recursos



públicos para promoção pessoal. Ela está equivocada, está indo no canto da sereia, está ouvindo pessoas que não devem ser ouvidas. Presidente, encerro minhas palavras em respeito a V. Exa., mas não me dou por satisfeito: voltarei à tribuna, até com as notas taquigráficas, *ipsis litteris, para apontar e contra-atacar cada ponto. Mas a deputada Celise Laviola terá de ir ao Conselho de Ética, terá de provar o que ela disse. Caso contrário, sofrerá as penalidades previstas no Regimento Interno, especialmente no art. 62. Muito obrigado, Sr. Presidente.*

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as especiais de amanhã, dia 23, às 14 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 41ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/10/2015

Presidência do Deputado Adalclever Lopes

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Dilzon Melo – Palavras do Deputado Antônio Carlos Arantes – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Henrique Moraes Salvador Silva – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Adalclever Lopes – Antônio Carlos Arantes – Dilzon Melo.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

– O deputado Antônio Carlos Arantes, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Rede Mater Dei de Saúde pelos 35 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Henrique Moraes Salvador Silva, presidente da Rede Mater Dei de Saúde; José Salvador Silva, fundador e presidente de honra da Rede Mater Dei de Saúde; e deputados Dilzon Melo e Antônio Carlos Arantes, este coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar as seguintes presenças: Sras. Norma Silva, Márcia Salvador Geo e Maria Norma Salvador e Srs. Renato Moraes Salvador Silva, José Helvécio Kalid de Souza, cofundador do Mater Dei, Eduardo Costa, radialista e apresentador, Álvaro Teixeira da Costa, presidente do grupo Diários Associados, Neylor Pace Lasmar, diretor-geral da Faculdade de Ciências Médicas, e desembargador Roberto Vasconcellos.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será executado por Marcelo Nêbias, no violino, e Nilson Novaes, no teclado.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo sobre a história dos 35 anos da Rede Mater Dei de Saúde.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Dilzon Melo

Boa noite a todos que aqui estão nesta justa homenagem ao Mater Dei. Cumprimento o nosso grande presidente, deputado Adalclever Lopes, motivo de orgulho dos 76 deputados desta Casa, por representá-los; o propositor dessa matéria, deputado Antônio Carlos Arantes, que nos deixa um pouco enciumados, pela amizade, pelo companheirismo de tantos anos e por ter apresentado os 35 anos do Mater Dei; o meu amigo Salvador, o grande patriarca de toda essa ideia; e o seu filho Henrique, seu sucessor.

Estou aqui, de certa forma, quebrando o protocolo. Antes que eles falem, gostaria de dar o meu testemunho e aproveitar para fazer o meu agradecimento. Seguramente, o Mater Dei tem sido o maior parceiro da Assembleia Legislativa pelos serviços relevantes que presta, pela referência em saúde de Belo Horizonte, pelo seu quadro docente e discente de médicos e funcionários e, acima de tudo, por conduzir com tanta seriedade o compromisso de colocar a saúde em primeiro lugar. Isso é muito sério. Num país desgovernado e cheio de descompromisso, seria até muito natural colocar a questão financeira acima de todos os interesses. Mas a saúde é coisa séria. Posso dizer isso em meu nome, no nome da minha esposa Íris. O Antônio Carlos Arantes falará em nome dos 76 deputados, junto ao nosso presidente.

Quero dizer que nós nos orgulhamos de ter o Mater Dei como nosso parceiro prioritário, não de agora, mas de muitos anos. Vejo aqui o Dr. Paulo Poggiali, médico do meu filho há 16 anos, o Dr. Wagner Vieira, e agora, recentemente, o Dr. Edinho, a quem faço um agradecimento especial pela forma com que eles nos atenderam e nos atendem a cada dia.

Dou também meu testemunho, porque fui acometido de uma fratura e, nessa semana, na quarta-feira, meu filho foi acidentado – acidente com *jet ski* – e teve uma fratura grave. Estando no interior, o avião nos trouxe e, chegando aqui, já estava no aeroporto toda a



equipe do Mater Dei, com toda a estrutura montada para que pudesse atender o meu filho, madrugada afora. E ele lá está, são e salvo, muito feliz da vida, certo de que foi bem atendido.

Então, Dr. Salvador e Henrique, recebam aqui os meus agradecimentos e o testemunho de que isso não é somente para a Assembleia, não – para não dizerem que é deputado e está sendo bem atendido. Não. Eu tenho indicado o Mater Dei a amigos e pessoas do interior que nada têm a ver com a Assembleia, e da mesma forma são atendidos com cordialidade, com respeito, o que é mais importante, recebendo um atendimento de primeira qualidade. Então eu fico muito orgulhoso de ter o Mater Dei em Belo Horizonte como boa referência de saúde, de bom atendimento e como serviço de excelente qualidade. Por isso peço a Deus que abençoe você, Henrique, que tem uma missão muito certa. Além de expandir o trabalho do Mater Dei – se Deus quiser muito brevemente em Contagem, em Betim –, mostrando os relevantes serviços que presta em Belo Horizonte, dá continuidade ao belo trabalho iniciado pelo nosso amigo Salvador, que, com desprendimento e com seu conservadorismo, que o médico tem, coloca a família e a saúde em primeiro lugar. Que Deus abençoe vocês e toda a equipe do Mater Dei para continuar sendo os anjos da guarda da saúde. Que Deus abençoe todos vocês e muito obrigado por tudo.

Palavras do Deputado Antônio Carlos Arantes

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, nosso amigo, deputado Adalclever Lopes, que também é um grande amigo do Dr. Salvador e da família. Quero cumprimentar também o fundador e presidente de honra da Rede Mater Dei de Saúde, Dr. José Salvador, meu particular amigo, a Dra. Norma, sua esposa e toda a família aqui presente. Quero cumprimentar o presidente da Rede Mater Dei de Saúde, Henrique Moraes Salvador Silva, como também o meu amigo e parceiro, deputado Dilzon Melo, que com sua fala aqui muito enriquece esta homenagem. E quero cumprimentar todos os familiares, autoridades presentes, os amigos da família, nossos amigos presentes, toda a imprensa.

É uma satisfação estar aqui num momento importante como este para homenagear a Rede Mater Dei pelos seus 35 anos, rede criada pelo Dr. Salvador e hoje sob a gestão do seu filho, o competente Henrique. Então quero cumprimentar o Henrique, o Renato, a Maria Norma e a Márcia – toda essa família que dirige o nosso querido Mater Dei.

O meu assessor fez para mim todo o roteiro de um discurso, de um pronunciamento, que, modéstia a parte, é um dos melhores. Ficou bom, mas, Henrique, Dr. Salvador, eu preferi não usá-lo, eu preferi falar de coração, porque o Dr. Salvador é um amigo particular que tenho, por quem tenho um carinho especial, assim como por sua família e, conseqüentemente, pelo Mater Dei.

Coincidentemente, a primeira vez que pisei em Belo Horizonte – sou de Jacuí, moro em São Sebastião do Paraíso, em Jacuí, também, na divisa de São Paulo, muito próximo de Ribeirão Preto – foi em junho de 1980, quando estava nascendo, aqui, o Hospital Mater Dei.

Então, somos da mesma idade em Belo Horizonte. Coincidentemente, o primeiro lugar em que estive, em Belo Horizonte, foi a Rua Mato Grosso, nº 960, a cem metros do Mater Dei. Cheguei com o pé direito.

A minha fala vai ser mais voltada para o próprio Dr. Salvador. Quando vemos uma estrutura como a do Hospital Mater Dei – e vi há pouco o da Contorno, aquele novo –, ficamos pensando: que força, que pujança! Como se consegue construir um projeto tão bem-sucedido como esse? O primeiro segredo – aliás não é segredo, mas a verdade, a realidade: família-unidade, família focada, que trabalha com seriedade e muita competência.

Há um ditado popular que diz: “Deus ajuda a quem cedo madruga”. Quem viu todo esse projeto, toda essa força não imagina que seu fundador, sua referência maior, levanta-se antes da 5 horas. Com a esposa, às cinco e pouco está caminhando por aqui. Eu caminho junto, não ia perder a oportunidade de ter aulas particulares de graça e crescer tanto, com pessoas desse nível. A verdade é que ele é um professor, um amigo, um conciliador, uma pessoa que, como se diz na roça, “cisca para dentro”, chama para perto. Isso enriquece as pessoas, isso enriquece o meio. Por que está aí com oitenta e poucos anos e parece que só tem 60 anos? Por que o hospital está com essa força? Por que a empresa está com essa força? Por isso. O segredo é fazer o que a família faz.

Uma coisa que me causava admiração, deputado Dilzon Melo, é que terminávamos a nossa caminhada pouco depois de 6h30min, e ele falava que às sete e pouco estaria lá, na construção do novo Mater Dei. Pensava: “Deve haver uma grande construtora lá, construindo esse Mater Dei, para que ele vá lá tão cedo assim”. A construtora eram eles mesmos, os pedreiros e os mestres de obras com a fiscalização e o acompanhamento deles. Por isso foi construído tão rapidamente e com custos muito menores.

Quando eu e o presidente Adalclever Lopes tomamos essa iniciativa, não foi simplesmente pensando em “encher a bola” da empresa ou porque esta é uma oportunidade importante para um deputado, porque isso é bom para o currículo de um deputado. Foi muito mais do que isso. Nossa intenção foi homenagear quem realmente merece e faz a diferença. O deputado Dilzon usou a palavra “referência”. Um amigo meu da cidade de Pimenta – e eu nem era amigo deles ainda –, o Geovane, que o Dilzon conhece, ligou-me, desesperado, porque o “seu” Sabino estava em estado gravíssimo na cidade de Passos e tinha de ser transferido para um hospital de ponta. E me pediu um conselho: queria saber se o enviava para São Paulo ou para Belo Horizonte. Eu não tinha amizade ainda com o Dr. Salvador, mas tinha confiança no Hospital Mater Dei. Falei: “Geovane, se eu fosse você, colocava-o no helicóptero e levava-o para o Mater Dei”. Hoje “seu” Sabino está lá firme, andando a cavalo e tocando boi. Isso faz uns nove anos, e mostra que essa é uma empresa, e, antes de ser uma empresa, é uma família que pratica saúde com qualidade.

Outra coisa que também me admira é a firmeza do Dr. Salvador com a família. O Henrique, os filhos tiveram de ir embora para estudar em uma universidade de alto nível. Foram buscar uma oportunidade em países mais desenvolvidos que o Brasil e trazer a experiência para o hospital. Isso mostra que o Mater Dei está em um país que ainda não é de primeiro mundo – espero que um dia seja –, mas o hospital é de primeiro mundo e dá oportunidade para as pessoas terem uma saúde de altíssimo nível, de altíssima qualidade. Isso é bom para o País, é muito bom para Minas e é muito bom para Belo Horizonte.

Isso é muito bom para nós todos, que somos felizes em ter amigos e parceiros em quem confiamos e que fazem saúde com qualidade. Parabéns ao Henrique, presidente, ao Dr. Salvador e a toda a família. Trinta e cinco anos merecem realmente ser



homenageados pela Casa do povo. Aqui é a Casa do povo, que tem que homenagear as empresas, as entidades, as pessoas que merecem. Parabéns.

Entrega de Placa

O locutor – Neste momento, o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa, e o deputado Antônio Carlos Arantes, coautores do requerimento que deu origem a esta solenidade, farão a entrega de placa alusiva a esta homenagem ao Sr. Henrique Moraes Salvador Silva, presidente da Rede Mater Dei de Saúde. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Idealista e empreendedor, o médico José Salvador Silva fundou, em 1º/6/1980, em Belo Horizonte, o Hospital Mater Dei, com o objetivo de prestar um atendimento médico-hospitalar diferenciado, personalizado e humanizado à população, em todas as fases da vida. Para isso, um dos pilares da instituição sempre foi o investimento em infraestrutura, tecnologia de ponta e qualificação de seus profissionais. O sucesso desse trabalho incansável em prol da qualidade de vida das pessoas motivou a expansão das atividades do hospital, com a criação, em 2014, do Mater Dei Contorno. Por contribuir para a melhoria das condições de saúde dos brasileiros e, em especial, dos mineiros, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais parabeniza a Rede Mater Dei de Saúde, que comemora, este ano, 35 anos de existência.”

O presidente – Quero convidar, também, o Dr. José Salvador e o deputado Antônio Carlos Arantes para fazer a entrega junto conosco.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Henrique Moraes Salvador Silva

Deputado Adalclever Lopes, preciso dizer que não tenho a mesma proficiência que o senhor tem para falar.

Exmos. Srs. Deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem; José Salvador Silva, fundador e presidente de honra e presidente do Conselho de Administração da Rede Mater Dei de Saúde; deputado Antônio Carlos Arantes, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Dilon Melo, senhoras e senhores. Que sejam as minhas palavras para agradecer em nome, tenho certeza, do Dr. Salvador, da Dra. Norma, da Maria Norma, da Márcia, dos demais diretores da Rede Mater Dei de Saúde, Dr. Wagner, Dr. Sandro, Dr. José Henrique, superintendentes, gestores, médicos e toda a comunidade, esta importante homenagem que, neste momento, esta Casa presta à Rede Mater Dei de Saúde, por ocasião do nosso aniversário de 35 anos.

O Mater Dei foi fundado em 1º/6/1980, graças ao sonho, empreendedorismo e determinação do Dr. José Salvador Silva. Esse sonho, que impregna a vida de muitos de nós, seus seguidores e admiradores, tinha como objetivo perenizar, em uma rede de serviço médico e hospitalar, um atendimento humanizado, personalizado e diferenciado aos clientes. Seria uma via para levar a um número maior de pessoas, e de maneira permanente, a sua atividade médica, enquanto destacado ginecologista e obstetra que, durante décadas, ajudou mais de 20 mil crianças a virem ao mundo pelas suas mãos.

Nessas três décadas e meia de existência, o Mater Dei cresceu muito, graças à confiança de seus clientes e parceiros e à crença de que, ao se reinventar sempre, está prestando um atendimento único e imprescindível. Desde a construção do primeiro prédio da Unidade Santo Agostinho até a inauguração do Hospital Mater Dei Contorno, em 1º/6/2014, muitos eventos marcaram a vida dessa organização. Destacamos alguns deles.

Desde a inauguração do Hospital Mater Dei, temos a pesquisa de satisfação para que o nosso cliente possa compartilhar conosco a sua experiência. Além disso, desde o início, faz parte da rotina da diretoria a visita diária aos pacientes internados. Ouvir as necessidades do nosso paciente e de seus familiares sempre foi prioridade para nós.

Em 1989, nasceu o primeiro bebê de proleto fertilizado em Minas Gerais. O tratamento que possibilitou a gestação foi feito no Mater Dei pela equipe de reprodução humana do hospital.

O Mater Dei participou, em 1995, do primeiro Paex – Parceria para Excelência –, da Fundação Dom Cabral – FDC. No ano seguinte, após quatro anos de investimentos em capacitação da direção e gerências, o hospital implementou um modelo de gestão envolvendo todos os setores administrativos e assistenciais. Em 1998, foi criado o Comitê de Ética em Pesquisa, órgão credenciado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que permite ao Mater Dei estar sempre à frente em projetos de pesquisa inovadores.

Em 2000, o hospital sentiu que a cidade, os médicos e os pacientes precisavam de mais estrutura, mais espaço e mais acesso aos serviços. Por isso houve a primeira ampliação, com a inauguração da segunda unidade, o Bloco II do Mater Dei Santo Agostinho. A forma de governança do Hospital Mater Dei, aliada à cooperação inter-hospitalar com outros hospitais de referência, no Brasil, entre eles o Albert Einstein, Sírio-Libanês e Oswaldo Cruz, para garantir a excelência dos serviços, a liderança no mercado e a melhoria de resultados do hospital, foi o alicerce para, em 2001, ser fundada a Associação Nacional de Hospitais Privados, de que tivemos a honra de ser diretor por 10 anos e a de presidir nos três últimos anos da participação no conselho.

O planejamento estratégico bem estruturado e que exigia da organização ciclos de melhoria contínua, evidenciados por meio de indicadores mensurados, fez com que, em 2004, o Mater Dei fosse o segundo hospital do Brasil e o primeiro de Belo Horizonte, acreditado por meio da Organização Nacional de Acreditação, diretamente no nível máximo de excelência.

Em 2005, implantamos um planejamento específico para o corpo clínico. Foi uma grande inovação na área hospitalar e fez o Mater Dei ser referência em governança clínica, tornando o médico parceiro efetivo da gestão e comprometido com os objetivos da instituição, sugerindo ações e participando da discussão da estratégia de posicionamento da organização. Em 2008, o Mater Dei obteve a primeira certificação internacional, ISO 9001/2008. Em 2009, foi certificado pela National Integrated Accreditation for Healthcare Organizations – NIAHO –, a mesma norma que certifica hospitais norte-americanos, sendo o primeiro hospital fora dos Estados Unidos a conseguir essa certificação.

No ano de 2009, diversos programas de residência médica no Mater Dei foram credenciados pelo Ministério da Educação e Cultura. Em 2010 e 2011, o hospital implantou a gestão de riscos, tendo como base a ISO 31.000. Em 2012, passou a fazer parte dos Hospitais-Sentinela da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Em 2014, um grande marco em nossa vida, foi inaugurado o Mater Dei Contorno, compondo, com o Mater Dei Santo Agostinho, a Rede Mater Dei de Saúde. Neste mesmo ano, inauguramos o

novo Centro de Reprodução Humana e comemoramos os 10 anos de Acreditação Hospitalar. Além disso, fomos vencedores da primeira edição do Prêmio Latino-americano de Excelência e Inovação em Higienização das Mãos, tão importante para o adequado e a excelência do controle das infecções hospitalares, prêmio esse instituído pela Organização Mundial de Saúde.

Conscientes de que o papel das organizações hospitalares é hoje também o de disseminar técnicas e medidas para a prevenção de doenças e o de contribuir para a educação das pessoas, temos investido em estruturas que cuidam da saúde dos nossos clientes ao longo da vida, difundindo a cultura de que o indivíduo precisa cuidar de si mesmo – é claro que apoiado pelos serviços de saúde – ao longo de sua vida.

Por isso, em 2015, inovamos mais uma vez e criamos o Mais Saúde Mater Dei. Esse espaço diferenciado para continuidade do cuidado, indo além da internação hospitalar, e ainda para avaliação e acompanhamento de pacientes crônicos, e o Check-Up Mater Dei são exemplos de que as pessoas precisam se empoderar das suas ações da saúde, a fim de que possam ser mais longevas e saudáveis.

Na verdade, temos sido uma entidade dinâmica, que, conforme as empresas modernas, precisa estar sempre evoluindo e em movimento, a fim de estar à frente das constantes mudanças e transformações do mundo atual, que muitas vezes submetem as organizações a verdadeiros desafios a serem enfrentados com criatividade e inovação.

Essa capacidade de estar sempre se reinventando permite que o Mater Dei busque sempre os melhores instrumentos, processos e a mais moderna tecnologia e estrutura predial para oferecer as mais atualizadas oportunidades de atendimento àqueles que necessitam de cuidados médicos e hospitalares.

Mas, nada disso, nada mesmo, seria possível se não fossem as pessoas que se apaixonaram por esse projeto e que também se sentem parte integrante do jeito Mater Dei de ser.

Essas equipes são formadas por médicos, verdadeiros parceiros, muitos dos quais vejo aqui esta noite; gestores e colaboradores, que se dedicam diuturnamente ao atendimento de nossos pacientes e de suas famílias. Somos hoje na Rede Mater Dei de Saúde mais de três mil médicos cadastrados, 2.300 funcionários, inúmeros residentes de medicina, equipes de enfermagem, mais de duzentos estagiários de diversas áreas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, engenheiros e muitas outras categorias profissionais. Esta sintonizada cadeia responde com máxima qualidade e de maneira segura pelo atendimento anual de mais de quatrocentos e cinquenta mil pessoas nos nossos prontos-socorros, 16 mil cirurgias e centenas de milhares de exames de radiologia e laboratório. Esses números expressivos demonstram que a Rede Mater Dei de Saúde é hoje imprescindível para um grande número de mineiros e de brasileiros que a ela recorrem para ser atendidos e tratados.

Como todo organismo vivo e mais especificamente como os seres humanos, temos a plena convicção de que a Rede Mater Dei de Saúde cresce em corpo e evolui em espírito. Este espírito, sempre inquieto, é o responsável até hoje pelo carinho, pela emoção, calor humano e pela paixão com que atendemos aos nossos clientes. Ele está representado pelas pessoas que lá trabalham e que dedicam sua vida a esse projeto, contaminadas que foram pelo sonho original do Dr. Salvador.

É por isso que a nossa missão de “Compromisso com a qualidade pela vida” está mais viva do que nunca. A partir do que já conquistamos, pudemos ousar e ter como visão “Ser a melhor rede hospitalar do Brasil até 2020, mantendo e gerando conhecimentos, atraindo talentos e cuidando da saúde das pessoas em todas as fases da vida”. Não temos dúvida de que conseguiremos, uma vez que o nosso trabalho é alicerçado em oito princípios, compartilhados com toda a organização: 1) atendimento diferenciado, personalizado e humanizado; 2) respeito ao ser humano; 3) compromisso com o fazer seguro e bem-feito; 4) cuidado com a imagem institucional; 5) valor para a sociedade; 6) estímulo para o desenvolvimento e o crescimento pessoal e profissional; 7) visão de longo prazo, inovando com pioneirismo, perenidade e sustentabilidade; 8) responsabilidade com resultados nas diversas dimensões.

Para abrigar essa alma em movimento, o corpo foi crescendo e provavelmente continuará se desdobrando em mais unidades, para levarmos cada vez mais a um número maior de pessoas a oportunidade do melhor diagnóstico e tratamento para as mazelas que acometem as crianças, mulheres e homens. E tudo isso de maneira organizada, com uma governança bem estruturada e sistemas assistenciais qualificados, modernos e seguros.

É nisso que acreditamos e é por isto que lutamos todos os dias. Muito obrigado pela homenagem.

O locutor – Com a palavra, para seu pronunciamento, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Presidente

Sr. Presidente da Rede Mater Dei de Saúde, Henrique Moraes Salvador Silva; Sr. Fundador e Presidente de honra da Rede Mater Dei de Saúde, Dr. José Salvador Silva, exemplo de vida e de trabalho para todos nós, mineiros; Exmo. coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, deputado Arlen Santiago; Exmo. Sr. Deputado Dilzon Melo; senhoras e senhores, são 35 anos de excelência na prestação de serviço e atendimento em saúde.

Em nome do Parlamento de Minas, parabênizo a Rede Mater Dei, que tanto nos orgulha, pela busca constante em se tornar uma instituição hospitalar de referência, oferecendo serviços em mais de trinta especialidades médicas, gerando empregos e, principalmente, atendendo pessoas, salvando vidas. Valorizamos quem trabalha por Minas e sabe cuidar dos mineiros. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor – Ouviremos agora os músicos Marcelo Nébias e Nilson Novaes, que interpretarão as músicas: *Quem sabe isso quer dizer amor*, de Lô Borges e Márcio Borges; *Clube da esquina II*, de Márcio Borges, Lô Borges e Milton Nascimento; e *Para Lennon e McCartney*, de Márcio Borges, Lô Borges e Fernando Brant.

– Procede-se à apresentação musical.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 20, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 20/10/2015.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/10/2015

Presidência dos Deputados Adalclever Lopes e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Questões de Ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 9h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Doutor Wilson Batista, 3º-secretário, nas funções de 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Questões de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, eu havia conversado com V. Exa. com relação à publicidade da nossa página. Levei pessoalmente a V. Exa. a preocupação do bloco da oposição em relação à coletiva que foi dada. Eu gostaria muito que V. Exa. pudesse prestar atenção. Quero pedir a atenção de V. Exa. Nós fizemos uma coletiva com o bloco da oposição em relação a um decreto por meio do qual o governador Fernando Pimentel, no apagar das luzes, aumentou em 50% mais de 150 produtos. O bloco da oposição elaborou um projeto de resolução para sustar os efeitos desse decreto, que foi feito na calada da noite e do qual muitos deputados da própria base do governo sequer tinham conhecimento. Nós estávamos no embate, presidente, para impedir a votação do Projeto de Lei nº 2.817, que aumentava o ICMS de 17 produtos. Isso ocorreu no dia 30 de setembro. Ficamos aqui até as 22h30min. No entanto, o governador Fernando Pimentel, na calada da noite, aumentou, numa canetada, por decreto, em 50% cerca de 150 produtos. Ele aumentou a alíquota de 150 produtos de 12% para 18%.

Sr. Presidente, feitas essas considerações, na entrevista que demos coletivamente, apresentamos um projeto de resolução assinado por todos os deputados do bloco, o qual questiona o decreto feito ao arripio da lei. A própria OAB também se manifestou de forma contrária a esse decreto. A edição do decreto viola o preceito constitucional previsto no art. 150 da Constituição da República, uma vez que o aumento de alíquota de imposto deve ser feito por lei específica, portanto é um desrespeito com o Poder Legislativo. Desrespeitar o Poder Legislativo é uma prática constante ora do governador Fernando Pimentel, ora dos deputados da base do governo. No entanto, Sr. presidente, pela Diretoria de Comunicação, o Sr. Rodrigo Lucena veio a público dizer que não iria cobrir aquele tipo de evento. Não disponibilizou uma página no *Assembleia Informa*, nem postou matéria no portal da Assembleia. É a censura realizada pelo PT. No dia a dia vamos percebendo que postos-chave da Assembleia estão ocupados por assessores que têm grau de parentesco com deputados do PT, que são escalados para fazer a triagem desse tipo de matéria. Não é a primeira vez que denuncie isso a V. Exa. Não saiu uma vírgula, mesmo depois que apresentamos um projeto de resolução, ou seja, mesmo depois da atuação de um parlamentar. Agora, presidente, há uma prática que considero absurda, e vamos fazer uma questão de ordem por escrito a V. Exa.: quando esteve aqui, o Sr. Paulo Henrique Amorim lançou um livro em audiência pública. Ora, Sr. presidente, houve lançamento de um livro em uma audiência pública que ocupou um espaço público da Assembleia. A meu ver, é preciso fazer conferência da Lei nº 8.429/92, que trata de improbidade administrativa. E por quê, presidente? A utilização de recursos, meios ou espaço público para promoção pessoal é crime de improbidade administrativa. Mas está aqui na página da Assembleia. É um absurdo, isso não pode continuar acontecendo. O bloco dá uma entrevista, apresenta um projeto de resolução, e o Sr. Rodrigo Lucena não publica uma linha. Falou que essa não era matéria para cobrir. E projeto de lei é o quê? Não é atuação parlamentar? Agora, o Sr. Paulo Henrique Amorim fazer lançamento de livro é atuação parlamentar, Sr. Presidente? Esse moço figura como deputado? Qual é a atuação parlamentar dele? A utilização do espaço de um plenarinho desta Casa, em tese, configura a meu ver, Sr. presidente,



improbidade administrativa. Temos de passar essas questões a limpo. Já disse isso a V. Exa., e hoje falo também em nome do deputado Gustavo Corrêa, que solicitou que realizássemos uma reunião urgentemente com V. Exa. para apresentarmos essas questões e outras à Mesa e decidirmos o que fazer.

Olha, tem uma senhora que trabalha aqui, uma gerente, que está filtrando as matérias. Na página da Assembleia só há água de batatas, as matérias só trazem água de batatas. Quanto àquilo que se cobra do governo, não aparece uma linha. Há um filtro, há uma mordaca que o PT quer impor a nós, deputados da oposição, e isso é vergonhoso. Sr. presidente, é vergonhoso a Assembleia permitir lançamento de livro de um cidadão que não tem absolutamente nada a ver com os membros desta Casa, não é servidor da Casa, não é deputado e, ao mesmo tempo, deixar de publicar a atuação de um bloco parlamentar. É bom que V. Exa., presidente, avise ao Sr. Rodrigo Lucena que o bloco é constituído pelo Regimento. A atuação do bloco é regimental, portanto é uma atuação parlamentar. Dessa forma, presidente, não há como não divulgar a atuação de um bloco de deputados legalmente constituído na página eletrônica da Assembleia. A composição do bloco contou com as assinaturas dos parlamentares, V. Exa. teve de fazer a leitura formalmente e dar sequência ao processo. Já fiz o pedido a V. Exa., mas em contraponto a isso que saiu na nossa página da internet, não poderia deixar de abordar essa questão. Faço um apelo a V. Exa. Peço-lhe encarecidamente uma reunião urgente de V. Exa. com o bloco de oposição e com a Mesa da Casa, para tratarmos desses assuntos e não termos dissabores de vir a público fazer uma cobrança que, a meu ver, não deveria ser feita. Esse tipo de matéria não era sequer para ser divulgada, muito menos usarmos o espaço público desta Casa para isso.

O presidente – Respondendo ao deputado Sargento Rodrigues, tão logo o bloco esteja pronto, a presidência está apta a recebê-lo. Geralmente chego às 8 horas e saio às 22 horas; portanto, nesse intervalo, de segunda-feira a sexta-feira, o presidente está à disposição.

O deputado Rogério Correia – Sr. presidente, censura é tentar impedir que um jornalista de renome nacional e internacional venha à Assembleia Legislativa. Agora, deputados da oposição querem ditar normas ao presidente da Casa e, aí, atacam o PT, porque o ódio deles é do Partido dos Trabalhadores. Nunca vi tanto ódio; espumam quando falam do PT. Querem dividir a sociedade brasileira entre os que são petistas e os que não o são, fazendo com que o ódio prevaleça na disputa política, e não a razão e o conteúdo. Eu prefiro discutir o conteúdo que responder ao ódio, porque o ódio passa e, um dia, fica para trás na sociedade. O ódio é coisa de pessoas menores, que o destilam, alimentam-no como se fosse solução para o nosso mundo. Então, deixem o ódio para lá e vamos discutir o conteúdo.

Ora, uma pessoa como Paulo Henrique Amorim, que tem projeção internacional, não pode vir aqui dizer o que acha do quarto poder. Um assunto interessante: democratização da mídia. Nós não podemos, deputado Doutor Wilson, debater o que é o quarto poder e o que é a democratização dos meios de comunicação? O que Paulo Henrique Amorim disse, e concordo com ele, é que nós temos, no Brasil, um monopólio de comunicação. Esse monopólio de comunicação vem basicamente da Rede Globo e de jornais secundários em relação ao *O Globo*, como ele diz. Roberto Marinho, como ele fala, gostava de dizer ao Globo, às Organizações Globo; tudo manda; é *O Globo*. E tem aí as sucursais. Hoje, o jornal “estrago de Minas”, que também é satélite de *O Globo*, está reclamando da presença do Paulo Henrique Amorim aqui também. E assim os deputados da oposição querem proibir Paulo Henrique Amorim de vir aqui. Quantos livros aqui já foram lançados? Da situação e da oposição? Ponha a mão na consciência quem não fez lançamento de livro aqui. Vários já o fizeram. Eu vou fazer, o deputado Durval já fez mais de 40, eu já lancei, aqui, eu ajudei...

Você debate o tema, mas não querem debater o tema do quarto poder, a ausência de democratização, porque esses os ajudam a proclamar o ódio. Então, os meios de comunicação que ajudam a falar do ódio contra o PT podem. Ontem, trouxeram aqui aquele grupo que chama deputada de puta, de prostituta. Esses podem vir à comissão deles na hora que quiserem. Nós não impedimos nem falamos contra, isso pode vir à comissão, podem falar o que quiser. Agora, quando vem alguém que tem projeção internacional, eles reclamam porque não podem escutar a contradição em relação àquilo que pensam. Isso, sim, é censura. Querem impor à Assembleia Legislativa o que sai na sua página, o que sai no boletim. O Rodrigues deveria vir aqui apresentar nomes, e não dizer PT. Que PT? O que o PT tem a ver com isso? A presidência, para começar, está com o PMDB, e nós apoiamos o deputado Adalclever. Acharmos, Adalclever, que você tem feito, democraticamente, sua gestão. Como não têm coragem de discutir a gestão da Assembleia, culpam o PT. Tudo é o PT. O que o PT tem a ver com isso? O gestor aqui é o presidente Adalclever Lopes, que aliás está fazendo, democraticamente, sua gestão. Todos têm aqui o mesmo direito, não vi diferente. Mas, é claro, querem dizer que é o PT, para jogar todos contra o PT. Essa tática é absurda. vamos parar com isso, vamos discutir conteúdo. Qual o problema, Sargento Rodrigues, de vir aqui Paulo Henrique Amorim? Por que V. Exa. não quer que Paulo Henrique Amorim venha aqui? Porque não pensa igual a V. Exa.? Aí V. Exa. quer que ele não saia no boletim da Assembleia? Vai dar ordem agora? Todo dia questiona o presidente que não podia ter isso no jornal, não podia ter isso em tal lugar. Ora, aqui há um presidente eleito, uma Mesa eleita, deputado Rodrigues, e funciona democraticamente. Não se pode querer impor uma ideia. Se alguém faz alguma coisa, reclama; só ele pode fazer. Isso tem de acabar na Assembleia Legislativa, tem de haver o contraponto necessário, presidente. As questões de ordem são feitas na hora que quer, acha que é dono da razão. Isso tem de acabar na Assembleia Legislativa, todo deputado tem o mesmo direito. Se quiser lançar um livro de outro conteúdo, da oposição, lance o livro, em vez de ficar reclamando das ações de outro parlamentar. Imagine se eu ficar atrás de cada parlamentar lamentando o que o parlamentar faz. “Ora, Geisa, você fez isso e não podia, eu não quero que faça.” Não é assim que funciona o Parlamento. Cada um tem a sua opinião, o seu campo de trabalho; todos os deputados têm o seu campo de trabalho. Se você focar apenas no campo de trabalho que acha correto, ninguém trabalhará, a não ser você. Presidente, parabéns pelo trabalho que vem sendo feito! É democrático. Se V. Exa. precisar de respaldo, terá o respaldo do nosso Bloco Minas Melhor. Obrigado.

O deputado Gustavo Valadares – Presidente, tentarei ser mais claro, reforçando as críticas do deputado Sargento Rodrigues, e pediria a V. Exa. que me escutasse um minutinho. O que aconteceu ontem? É apenas um exemplo. A Comissão de Administração estava em audiência pública, transmitida ao vivo pela TV, com a discussão acerca de uma região de Belo Horizonte, se não me engano. Estava discutindo as parcerias público-privadas, com a presença inclusive de um secretário de Estado. O secretário de Obras do Estado estava na reunião da Comissão de Administração Pública discutindo a parceria público-privada. De repente, não mais que

de repente, sem nenhuma justificativa, transferiram o sinal de televisão desta audiência pública de deputados com convidados, discutindo uma parceria público-privada, para o lançamento do livro de um jornalista, que absolutamente nada tinha a ver, naquele momento, com os trabalhos da Assembleia Legislativa.

Este é o questionamento da oposição: qual a razão de o Sr. Rodrigo Lucena, da Diretoria de Comunicação da Assembleia, da TV Assembleia, transferir o sinal de uma audiência pública da Comissão de Administração Pública, presidida por um deputado do PMDB, da base do governo, do mesmo partido do presidente da Casa, do mesmo bloco dos líderes de governo? Tiraram o sinal da audiência pública que o deputado João Magalhães preside sem nenhuma justificativa e a transferiram para o lançamento do livro de um jornalista a respeito do quarto poder. Pode falar do quarto, do quinto, do vigésimo, do trigésimo, do quinquagésimo, não temos absolutamente nada contra isso, mas no momento oportuno. É a mesma coisa, deputado Rogério Correia, que eu querer tirar o sinal do Plenário da Assembleia para mostrar o lançamento de um livro qualquer numa galeria, no Teatro da Assembleia, sobre um assunto que absolutamente nada tem a ver com os trabalhos da Casa. Nós, do bloco de oposição, queremos uma justificativa do diretor de Comunicação: qual foi a razão? É por isso, presidente, e não por outras razões que estão sendo ditas nos corredores da Casa, que estamos em obstrução. Não é por conta de posições em comissões, porque essas vamos discutir também na presidência, com V. Exa., que tem sido muito democrático, é bom que fique claro. Vamos discutir isso, mas o motivo principal da nossa obstrução tem sido a ação truculenta da TV Assembleia, do diretor de Comunicação da Casa, que até respeito muito, mas que tem se equivocado constantemente na cobertura dos atos e fatos aqui na Assembleia Legislativa.

Para citar um exemplo, como foi dito pelo deputado Sargento Rodrigues, na semana passada, o nosso bloco de oposição fez uma coletiva aqui, na Sala de Imprensa, com a presença de mais de 10 ou 15 parlamentares do nosso bloco, com toda a imprensa presente, para discutir um decreto do senhor governador, que, numa canetada, entre quatro paredes, aumentou o ICMS de mais de 150 produtos. Toda a imprensa noticiou. A TV Assembleia, no seu portal, não noticiou uma vírgula. E sabem qual foi a justificativa? De que era um ato isolado, um ato político. Pelo amor de Deus, a canetada do governador para aumentar o ICMS de mais de 150 produtos é um ato político? Foi um ato político do bloco de oposição? Nenhuma linha foi escrita no *site* da Assembleia Legislativa. Depois disso, entramos com um projeto de resolução para sustar os efeitos desse decreto do governador. Nenhuma linha foi colocada no *site* da Assembleia Legislativa. Aí vem o Sr. Paulo Henrique Amorim, jornalista renomado, e cortam o sinal da audiência da Comissão de Administração Pública. Levam para lá e, mais do isso, dão espaço na primeira página do *site* da Assembleia Legislativa de hoje para a fala do deputado Rogério Correia criticando ex-governador, futuro presidente da República e tudo mais. Se estivéssemos em uma discussão política, nada mais justo, mas esse não era o objetivo da reunião. Era lançamento de um livro. Deram ênfase, inclusive, à crítica deste deputado a um ex-governador de Estado. Veja aí, deputado Tiago Ulisses. Está no *site* da Assembleia. É por essa razão que o bloco de oposição esta semana não vota absolutamente nada. As senhoras e os senhores que tiverem outros compromissos em seus gabinetes ou fora da Assembleia Legislativa, que o façam, porque aqui nada vai acontecer. Presidente, sei que V. Exa. é muito democrático e, encerrando as minhas palavras, peço que faça uma reunião urgente com a diretoria e que ela já traga, no papel, a justificativa do acontecido de ontem, do acontecido da semana passada, da censura da nossa entrevista coletiva na semana passada. Sem isso, presidente, infelizmente, mesmo com a sua conduta democrática, não vamos andar um centímetro aqui na Assembleia Legislativa. Muito obrigado.

O deputado João Leite – Muito obrigado, presidente. Lamentavelmente, estamos vendo, na Assembleia Legislativa, algumas coisas que não gostaríamos de ver acontecer. Presidente, em nome do nosso bloco, gostaria de reconhecer o seu papel democrático. V. Exa. tem dado espaço para a oposição nesta Casa, mas, infelizmente, temos pessoas colocadas em postos-chaves da Assembleia Legislativa que não agem da mesma forma que V. Exa. Para nós, é inaceitável, em cada participação nossa, a internet da Assembleia Legislativa cair. É algo impensável. As pessoas me ligam dizendo que estavam acompanhando a TV Assembleia, e a internet cai. Está colocado nesse posto alguém ligado à assessoria de um deputado. É isso que queremos discutir com V. Exa., reconhecendo o papel democrático que tem exercido e de toda a Mesa da Assembleia Legislativa. Não temos reparo a fazer sobre isso, mas é importante passarmos para V. Exa. esses acontecimentos.

Deputado Adalclever Lopes, a Comissão de Segurança Pública, com requerimento aprovado, deslocou-se até Teófilo Ottoni para visitarmos uma penitenciária. Olhe que frequente penitenciárias desde a CPI carcerária da fuga de Fernando Beira-Mar em 1997. Por causa de uma imagem da TV Assembleia, foram indiciadas 19 pessoas. Não entram mais câmeras em penitenciária. O diretor da penitenciária quase tomou o celular da mão do deputado Sargento Rodrigues. Estavam 30 agentes penitenciários à nossa volta, dentro de uma penitenciária onde havia acontecido uma rebelião, com dois mortos enforcados e um morto queimado. E nós lá estávamos cumprindo o nosso papel ao sairmos de Belo Horizonte e irmos a Teófilo Ottoni. Não entrou o fotógrafo da Assembleia Legislativa, não entrou o cinegrafista, não entrou o repórter, não entrou a equipe da Comissão de Segurança Pública. Todos ficaram do lado de fora da penitenciária. Isso é um poder ou o que é? E nós não aguentamos.

Eles vêm aqui dizer que é ódio, que eles são democratas e que nós queremos dividir. Olhe aqui, Sr. Presidente, o governador do Estado pediu a quebra do sigilo telefônico de um repórter. A primeira coisa que o Sr. Pimentel fez quando entrou foi retirar o Sr. Márcio Doti, que era editor da Rádio Itatiaia há 41 anos. A Mônica Miranda, que era uma repórter política, agora só diz: “Saída para a praia. Tantos ônibus saíram para a praia nesse dia”. Agora ela só pode fazer isso na Rádio Itatiaia, não pode mais fazer perguntas sobre política. Olhem o que está acontecendo em Minas Gerais. Está aqui. Agora estão tentando resolver esse pepino. O que é isso? Eu nunca tinha visto isso na história: quebrar o sigilo de um repórter. Estamos no fim.

Ontem estiveram aqui os movimentos de rua. Está lá o número da placa do carro, que é do palácio do governador, seguindo os manifestantes. Imaginem essas galerias cheias: nós tomando garrafada, as pessoas jogando moedas em nós. Agora, como é que os movimentos são tratados? Colocaram um carro descaracterizado, querido Caixeta, da nossa Machado, que está aí em peso. E Minas Gerais virou isso. Agora os movimentos são perseguidos por um carro descaracterizado. Temos a placa do carro, que é do Palácio. É P2, é o SNI do PT, que agora persegue os movimentos sociais. Isso é que é ódio: calar a imprensa. E, por fim, para desmistificar, o PT deu 5,9 bilhões para a Globo, que é o quarto poder. A Globo, a Globo, a Globo, mas está lá agarrada na Globo. São 5,9 bilhões para a



Globo. Tenho outros números aqui – me faltam 7 segundos –, mas recebem também a Record, a Band, a Rede TV. Mas eles vêm aqui fazer esse discurso: “É ódio contra nós”. Mas 5,9 bilhões para a Globo falar bem do PT? E vocês quebrando sigilo de jornalista? E com carro descaracterizado perseguindo movimento social, pessoas que são contra vocês, que estão fazendo o papel político deles, como vocês fizeram historicamente? Lamento o momento que estamos vivendo, Sr. Presidente. Por isso queremos conversar com V. Exa. Estamos prontos para cumprir o nosso papel, destinado para o povo de Minas Gerais. Vamos fazer a oposição sem medo. Não adianta. E o que estiver nos prejudicando no trabalho de representação do povo, levaremos a V. Exa., que nos representa, junto com o Hely, meu dileto e querido amigo, nesta Mesa. Mas não vamos aceitar isso.

Vamos votar um requerimento na Comissão de Direitos Humanos a respeito de uma rebelião no Ceresp de Betim, ocorrida em março, mas agora é que está aqui. Não é possível tratarmos a comissão dessa maneira. Ontem tivemos rejeitados mais de 20 requerimentos na Comissão de Segurança Pública. Para quê? Violência no Bairro Alípio de Melo, em Belo Horizonte. A população está querendo, mas neste ano não acontece mais. Segurança pública dá para esperar a semana que vem? Na sua Jacutinga tão querida, que V. Exa. tanto preza e pela qual tem tanto carinho, não podemos ir, assim como não podemos ir a Manga e não podemos ir a Itamarandiba, porque rejeitaram todos os requerimentos o PT e o PMDB. Acham que estão me atingindo ou atingindo o deputado Sargento Rodrigues, presidente da comissão? Não. Às vezes queremos até ficar em Belo Horizonte, não é, Caixeta? Mas Jacutinga nos convocou e iríamos lá. São quase 600km, assim como Manga. Mas o PT e o PMDB não querem que a Comissão de Segurança Pública atue. Não podemos entrar numa penitenciária. É o fim, lamentavelmente, Sr. Presidente. A democracia está ferida. Estão tentando nos calar, mas será difícil nos calar. Vamos continuar insistindo e fazendo a nossa defesa. Muito obrigado.

O deputado Durval Ângelo – Sr. Presidente, a coisa é tão fabulosa que quero começar contando uma fábula de Esopo. Realmente, estamos vivendo uma fábula. A fábula do lobo e do cordeiro. Certa vez, o lobo e o cordeiro se encontraram no mesmo riacho, bebendo água. Tremendo de medo, o cordeiro, pela visão do lobo, ouve a voz do lobo, que diz: “Cordeiro, vou comê-lo porque você está sujando a minha água”. Trêmulo, o cordeiro responde: “Como posso estar sujando a sua água se estou bebendo água abaixo de você?”. Aí o lobo diz: “Então devem ser seus pais, porque estou sentindo cheiro de cordeiro nessa água”. E o cordeiro responde: “Eu sou órfão”. Insiste novamente o lobo na sua argumentação: “Deve ser algum irmão seu ou alguma irmã”. E, trêmulo, o cordeiro responde: “Sou filho único”. Aí o lobo dá o veredicto final: “Com tantas desculpas assim, você deve ter alguma culpa, e vou comê-lo por isso”. É exatamente isso o que vemos aqui. Parece uma fábula.

Esta Casa já lançou um livro do jornalista da Rádio Itatiaia, Eduardo Costa, em uma comissão em que estava presente ao lado do Dinis Pinheiro. Também lançou um livro do Maracanã, com a presença do então governador à época, Anastasia, em uma comissão, e um livro de outro jornalista, Jorge Kajuru. Só que me lembro foram três jornalistas. A Comissão de Direitos Humanos deve ter lançado – porque foi inaugurada há 15, 16 anos – quase 40 livros. Só o frei Leonardo Boff, com transmissão ao vivo, lançou uns três ou quatro livros. Quero deixar bem claro que isso não é novidade. A primeira história da fábula não é verdadeira. O cordeiro está abaixo. Vamos à segunda: transferindo a audiência pública. Podem olhar, na programação da TV Assembleia, que verão a previsão da transmissão, às 16 horas, da Comissão de Direitos Humanos. As duas comissões se equivaliam. Só não haveria transmissão se o Plenário estivesse em funcionamento. Então vejam a programação anterior. Na programação anterior, a segunda verdade do lobo cai por terra, ou seja, ela não existe. Agora, quando o deputado João Leite levanta a questão de não poder filmar e fotografar, essa norma foi escrita no procedimento operacional padrão – POP – do governo anterior. Aliás, muitas vezes, este deputado foi impedido exatamente pelo POP, do Sr. Aécio Neves e do secretário Maurício Campos. Repito: governador Aécio Neves e secretário Maurício Campos. Então a terceira verdade do lobo também cai por terra. Vou parar por aqui porque estão dizendo que é o PT que está na gestão desses organismos, sendo que 80% dos cargos de confiança da Assembleia, ou até mais, repetem-se das administrações anteriores. Essa é uma afirmação empírica que faço aqui. Pode ser até maior. Ao mesmo tempo, falar de controle da imprensa? Controle da imprensa neste governo? Calma lá. No governo anterior não saía uma página, porque era tudo fechado e amarrado. Então, quero dizer que, além de ser fábula, é um atentado à inteligência de todos os cidadãos de Minas Gerais tentar reverter essas questões. Solicito, já que o bloco de oposição vai suspender, não vai permitir a votação, o encerramento de plano da reunião. Não temos quórum.

O deputado João Leite – Peço a recomposição. Ele não quer ouvir a obstrução, não quer ouvir a manifestação. É tão democrático que não nos quer ouvir. Temos o direito de falar. Eles querem retirar o nosso direito, cassar o direito. É a censura em Minas Gerais.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Doutor Wilson Batista) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 17 deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Presidente

A presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 264, 266, 423, 425, 618, 974, 1.006, 1.092, 1.405, 1.552 e 1.609/2015, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O presidente – A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 18 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/10/2015****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.641, 2.645 e 2.646/2015, da deputada Geisa Teixeira.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 27/10/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Debate do cumprimento do disposto no Decreto nº 40.404, de 11 de junho de 1999, que trata da destinação ao Fundo para a Infância e Adolescência de importância correspondente a 1% do Imposto de Renda das sociedades de economia mista e das empresas integrantes da administração indireta do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 27/10/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Debate do expressivo aumento do abuso de drogas por crianças e adolescentes, da dependência causada, bem como das políticas de combate às drogas no Estado.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira, Fábio Cherem e João Leite, membros da Comissão de Participação Popular; os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Rogério Correia, Thiago Cota e Tito Torres, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 26/10/2015, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, dando início ao processo de discussão participativa do PPAG nesta Casa, com a presença dos convidados

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2015.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira, Fábio Cherem e João Leite, membros da Comissão de Participação Popular; os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Rogério Correia, Thiago Cota e Tito Torres, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 28/10/2015, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, no âmbito do eixo de infraestrutura e logística, com a presença de convidados.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2015.



Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira, Fábio Cherem e João Leite, membros da Comissão de Participação Popular; os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Rogério Correia, Thiago Cota e Tito Torres, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 29/10/2015, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, no âmbito do eixo desenvolvimento produtivo, científico e tecnológico, com a presença de convidados.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2015.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira, Fábio Cherem e João Leite, membros da Comissão de Participação Popular; os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Rogério Correia, Thiago Cota e Tito Torres, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 3/11/2015, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, no âmbito do eixo de segurança pública, com a presença de convidados

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2015.

Marília Campos, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.182/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Carlos Pimenta, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária João Nogueira Duarte, com sede no Município de Santana do Riacho.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.182/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária João Nogueira Duarte, com sede no Município de Santana do Riacho, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover o desenvolvimento local, a assistência social e a integração comunitária.

Com esse propósito, a instituição promove o conagraçamento entre as famílias residentes em Cardeal Mota, Santana do Riacho e localidades vizinhas na Serra do Cipó; mantém creche comunitária; fomenta a segurança alimentar e nutricional; estimula a integração ao mercado de trabalho por meio da formação profissional e do incentivo a atividades de artesanato.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária João Nogueira Duarte no Município de Santana do Riacho, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.182/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2015.

Isauro Calais, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.554/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Adalclever Lopes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Volta da Serra, com sede no Município de Monte Azul.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.



Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.554/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Volta da Serra, com sede no Município de Monte Azul, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social, a promoção da educação e da cultura e o incentivo à geração de emprego e renda.

Com esse propósito, a instituição desenvolve projetos assistenciais de combate à fome e à pobreza, com vistas a minorar os efeitos da seca sobre a condição das famílias; de proteção à saúde da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice, incluindo assistência médica e odontológica, de proteção ao meio ambiente e de incentivo à agricultura familiar.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária de Volta da Serra em prol dos moradores do Município de Monte Azul, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.554/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.621/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria da deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Amigos de Ipatinga – Amip –, com sede no Município de Ipatinga.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.621/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Amigos de Ipatinga – Amip –, com sede no Município de Ipatinga, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção do desenvolvimento humano e a inserção social dos cidadãos.

Com esse propósito, a instituição busca integrar os cidadãos na luta pelos direitos humanos e em defesa da justiça social, proporcionando crescimento pessoal por meio da realização de encontros de natureza cultural, cursos, conferências, debates, oficinas, seminários e outros; incentivar e promover assistência social a quem necessitar; e, ainda, atender às crianças carentes na faixa zero a cinco anos de idade, em período integral e regime de creche, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação, e de seis a quatorze anos, desenvolvendo atividades culturais, sociais, pedagógicas e profissionalizantes.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Amip em prol dos moradores do Município de Ipatinga, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.621/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.639/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Ricardo Faria, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Casa Lar Balbina Maria de Jesus, com sede no Município de Contagem.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.639/2015 pretende declarar de utilidade pública a Casa Lar Balbina Maria de Jesus, com sede no Município de Contagem, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo prestar assistência social, cultural e recreativa a homens e mulheres com idade igual ou superior a 60 anos.

Com esse propósito, a instituição busca implantar medidas que possibilitem o desenvolvimento cultural, físico, cívico e social dos seus assistidos; promover captação de recursos para sua manutenção por meio da realização de eventos; estimular atividades que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas carentes assistidas pela associação.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Casa Lar Balbina Maria de Jesus no Município de Contagem, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.639/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2015.



Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 363/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Fred Costa, o projeto de lei em epígrafe “dispõe sobre a política pública de assistência especial à parturiente cujos filhos recém-nascidos tenham deficiência ou patologia”.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 13/3/2015, o projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para receber parecer, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, do Regimento Interno.

Preliminarmente, cumpre a esta comissão o exame dos aspectos jurídicos, constitucionais e legais pertinentes, fundamentado nos termos seguintes.

Fundamentação

O projeto em análise institui a política pública de assistência especial às parturientes cujos filhos recém-nascidos sejam pessoas com deficiência ou tenham alguma patologia. Nos termos do art. 2º, a política estadual referida consiste nos deveres de: prestar informação por escrito à parturiente, ou a quem a represente, sobre os cuidados a serem tomados com o recém-nascido; prestar tratamento psicológico às parturientes, pela deficiência ou patologia dos recém-nascidos; fornecer listagem das instituições públicas e privadas especializadas na assistência a pessoas com deficiência ou com a patologia específica. Obriga também os médicos pediatras do Estado, efetivos e contratados, a adotar as condutas antes enumeradas quando constatarem deficiências ou patologias nas crianças consultadas.

Nos termos da justificção apresentada pelo autor, a proposição visa contribuir para suprir de informações adequadas as mães de crianças com deficiência, de forma que elas possam buscar o correto tratamento da patologia e, assim, evitar o agravamento das condições de saúde da criança, com repercussões muitas vezes irreversíveis.

Pela leitura da proposição, verifica-se que, para além do dever de prestar atendimento psicológico às mães, os demais comandos impõem obrigações de natureza informacional. Nota-se que o citado art. 2º, o qual dá a tônica do projeto e expressa seu propósito nuclear, ainda que de modo indireto nesse momento inicial, já prescreve ações para os órgãos do Poder Executivo. Todavia, cabe a esse Poder, a partir do conhecimento da realidade sobre a qual atua, escolher as melhores estratégias para atingir os fins visados pela lei. Em relação ao dever de prestar informações à parturiente, por exemplo, é importante ressaltar que qualquer trabalho dessa natureza deve envolver a família e costuma ser parte da rotina dos profissionais, do contrário fica sem efeito. Além disso, embora o registro das orientações seja importante, as famílias podem – e precisam – receber orientação de outras formas para esclarecer as dúvidas e para que se tenha certeza de que compreenderam as informações. Assim, é possível que as mães participem de atendimentos, reuniões e atividades para esse fim. Além disso, as informações também podem ser divulgadas por outros meios – vídeo ou áudio, por exemplo, e não apenas por escrito –, cabendo ao administrador, em vista dos elementos de que dispõe, definir a melhor forma de divulgação.

Não se trata de amesquinhar o papel conferido ao Legislativo, mesmo porque a ele compete estatuir esses parâmetros normativos mais abertos com base nos quais o Executivo exerce suas missões. Todavia, especificamente em relação ao projeto em exame, tais parâmetros já se encontram previamente definidos.

A propósito, registramos que a Lei Federal nº 13.146, de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, contém uma série de comandos que visam proteger o nascituro por meio do desenvolvimento de ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis, inclusive por meio do acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, pelo aprimoramento e pela expansão dos programas de imunização e de triagem neonatal e identificação e controle da gestante de alto risco, nos termos do art. 19 da referida lei. O estatuto também prevê, em seu art. 18, que as ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devam assegurar, entre outros: diagnóstico e intervenção precoces, realizados por equipe multidisciplinar; atendimento psicológico, inclusive para seus familiares e atendentes pessoais; informação adequada e acessível à pessoa com deficiência e a seus familiares sobre sua condição de saúde; serviços projetados para prevenir a ocorrência e o desenvolvimento de deficiências e agravos adicionais; promoção de estratégias de capacitação permanente das equipes que atuam no SUS, em todos os níveis de atenção, no atendimento à pessoa com deficiência, bem como orientação a seus atendentes pessoais.

Assim, a proposição apenas reitera direitos que a ordem normativa cuida de assegurar e que podem ser promovidos ou implementados por meio de normas administrativas, desde que existam recursos orçamentários para tais finalidades.

Conclusão

Concluimos, pois, pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 363/2015.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Antônio Jorge, relator – Bonifácio Mourão – Isauro Calais – Sargento Rodrigues – Cristiano Silveira.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 20/10/2015**

O deputado Agostinho Patrus Filho* – Obrigado. Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, venho a esta tribuna nesta tarde trazer um assunto fundamental para todos os mineiros. No último dia 6 de outubro, um mineiro passou a integrar a lista tríplice que foi votada no Superior Tribunal de Justiça – STJ –, em decorrência da vaga deixada pela aposentadoria do ministro Sidnei Beneti. Trata-se do desembargador José Afrânio Vilela, homem reconhecido em Minas Gerais pela sua capacidade e pelo trabalho que realiza no Tribunal de Justiça em Minas. Além disso, é reconhecido pelos demais ministros do STJ que o escolheram entre os três nomes da lista tríplice criada hoje. Constam também nessa lista os nomes de um candidato do Rio de Janeiro e outro de Santa Catarina.

Começamos hoje nesta Casa a busca pela assinatura de todos os parlamentares para que a Assembleia de Minas, unida não apenas por deputados das mais diversas agremiações, leve seu apoio a um mineiro, para que Minas Gerais tenha mais um mineiro no STJ. Essa vaga é importante. Recentemente foi votada a lei da bengala, que prorrogou a aposentadoria dos ministros. Portanto, só teremos nova vaga em 2026. É fundamental que Minas Gerais esteja presente.

Quero agradecer aos deputados que já assinaram essa lista de apoio ao desembargador José Afrânio, integrante da 2ª Câmara Cível e atualmente seu presidente no Tribunal de Justiça, oriundo de carreira jurídica, nascido na cidade de Ibiá, com uma história ligada à defesa dos direitos humanos, ao trabalho diário de decisões tão importantes que passam por suas mãos. Portanto, peço a todos os deputados que apoiem essa iniciativa, como aqueles da base do governo, o deputado Durval Ângelo, que já assinou a lista, assim como o deputado Rogério Correia e os parlamentares do bloco oposicionista Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares. Quero agradecer muito a grande maioria desta Casa. É importante que a Assembleia, com seus 77 deputados, ajude a levar um mineiro a um cargo tão importante no cenário nacional.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Boa tarde, deputado Agostinho Patrus. É com muita alegria que aparteio V. Exa. nesta tarde para dizer que o assunto trazido à tribuna desta Casa é muito importante. Num momento de grande valorização do Poder Judiciário, que tem recebido críticas de muitos setores, intelectuais da sociedade, vivemos uma judicialização na política. De qualquer maneira, esse Poder tem ganhado uma preponderância nacional muito grande, especialmente o STJ, que tem sido peça-chave nas apurações, nas denúncias de corrupção e em muitos fatos relacionados à vida política brasileira, num sentido positivo de ordenação. Devemos resgatar realmente uma política a serviço do bem comum. Minas Gerais oferece hoje à lista tríplice um desembargador do quilate, do preparo intelectual do desembargador Afrânio.

Assino essa nota de V. Exa., esse manifesto de apoio, com muita alegria. Faço um registro: o governador Fernando Pimentel tem trabalhado pela indicação do Afrânio, já fez vários contatos em Brasília, inclusive conseguindo que a escolha da presidenta não fosse feita na semana passada, que ela esperasse o seu retorno de Milão para realmente conversarem sobre o assunto. Então, o governador está empenhado nessa nomeação. Registro também o empenho do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes, que na semana passada esteve em Brasília, fez contato com o vice-presidente da República e diversas outras autoridades pela indicação do desembargador Afrânio.

Neste momento, todos nós somos Minas. Nosso estado tem perdido importância nos tribunais do País. Resgatar esse papel é fundamental. Quero apoiá-lo neste momento e aliar-me à intervenção de V. Exa. para dizer que a liderança do governo está junto na indicação do desembargador Afrânio. Com toda certeza, a Justiça brasileira só ganhará com os grandes juristas que temos no Estado, com as grandes personalidades que já conseguimos construir no Poder Judiciário e oferecer aos tribunais superiores.

O deputado Agostinho Patrus Filho* – Muito obrigado, deputado Durval Ângelo, pelo aparte.

O deputado Isauro Calais (em aparte)* – Já agradecendo a V. Exa. o aparte, quero dizer-lhe que assinei essa lista. Todos os deputados vão assinar, capitaneado pelo nosso presidente Adalclever Lopes e por V. Exa. Ter o desembargador Afrânio no STJ não é levar apenas um mineiro em detrimento de alguns estados que estão sempre na vanguarda, tendo suas indicações aceitas pelo governo federal, mas vamos levar um jurista, alguém que entende realmente de direito, para que represente bem não só o Poder Judiciário, mas também Minas Gerais no STJ.

No segundo momento deste aparte que V. Exa. me concede, quero dirigir-me aos pares, aos telespectadores da TV Assembleia para falar da felicidade em que Minas se encontra, principalmente a Zona da Mata e todos nós torcedores do nosso glorioso, centenário Tupi. Na noite de ontem ganhamos do Asa de Arapiraca por 2 a 1 e tivemos acesso à segunda divisão. Então quero, além, obviamente, de destacar a felicidade nossa, da Zona da Mata, de Juiz de Fora de ter o Tupi representando o futebol mineiro no campeonato da Série B da CBF, fazer um alerta a todos: abram os olhos, que o Tupi está chegando. Abram os olhos os times que estão aí capengando para não cair para a segunda divisão. Vão ter de disputar com o Tupi o ano que vem, *data venia*, com mais recursos do que na terceira divisão.

Então, é uma honra para nós, mineiros de Juiz de Fora, ter nosso glorioso e centenário Tupi representando o futebol mineiro na Série B do campeonato brasileiro. Se Deus quiser, daqui a pouco estaremos na Série A. Obrigado pelo aparte.

O deputado Agostinho Patrus Filho* – Obrigado, deputado Isauro, sempre um grande defensor da Zona da Mata, de Juiz de Fora, de toda a região.

O deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* – Caro colega deputado Agostinho Patrus, serei bem breve porque o tempo está correndo contra nós. Creio que V. Exa. tem muito a oferecer dessa tribuna, mas é só para também, assim como fizeram outros que me antecederam, dizer que a bancada do PMDB, toda ela, assinou com muita alegria essa indicação do desembargador Afrânio. Na semana passada, capitaneado pelo nosso companheiro de partido e presidente desta Casa, deputado Adalclever Lopes, fomos ao gabinete do governador em exercício, nosso companheiro de partido do PMDB, vice-governador Antônio Andrade, levar,



primeiramente, nossa visita de cortesia a ele no exercício da governadoria; segundo, aproveitando e nos reunindo com o Dr. Afrânio, com o Dr. Hebert, da Amagis, com o desembargador que representava o Dr. Pedro, presidente do Tribunal de Justiça, estávamos todos empenhados para que, de fato, Minas Gerais tivesse um mineiro no STJ. Quero crer que as 77 assinaturas que saem desta Casa têm peso nessa indicação. Como já foi dito aqui, repito, é hora de Minas Gerais ter no STJ um ministro que represente Minas Gerais. Temos lá mineiros, mas que criaram raízes em outras regiões do País. Um mineiro enraizado aqui é o que precisamos lá. Minas Gerais merece, pelo seu tamanho, por sua importância, precisa do desembargador Afrânio como ministro do STJ. Portanto, essa minha palavra e o meu agradecimento por ter-me concedido o aparte.

O deputado Agostinho Patrus Filho* – Muito obrigado, deputado Vanderlei Miranda. Quero dar ênfase a suas palavras.

Um mineiro nascido em Ibiá, um mineiro que serviu e trabalhou nas Comarcas de São João del-Rei, Conselheiro Lafaiete, Entre-Rios de Minas, Contagem e, portanto, conhece as diversas regiões, conhece as dificuldades do nosso estado, as particularidades de Minas Gerais. Portanto, é fundamental falarmos da importância de levarmos um mineiro realmente mineiro, um mineiro que nos orgulha pelo seu trabalho, pela sua capacidade, pela sua honradez, por tudo que demonstrou e fez em sua vida. Sem dúvida, ele honrará Minas Gerais e o Tribunal de Justiça de Minas.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* – Obrigado, deputado Agostinho Patrus Filho. Cumprimento V. Exa. pela iniciativa de trazer ao Poder Legislativo a preocupação da composição do STJ. Acima de tudo, que colaboremos, contribuamos, uma vez que temos um conterrâneo sendo indicado.

Quero dizer a V. Exa. que fiz questão de assinar seu encaminhamento, sua solicitação. Faço minhas as palavras dos demais colegas. Acho que é um espaço importante. Precisamos ter bons juristas, o que, acima de tudo, é o que o Brasil está precisando neste momento. Mais do que tudo, é um Poder Judiciário autônomo, independente. Que realmente ele seja magistral, que realmente se pautar pelos princípios constitucionais.

Aproveito também, deputado Agostinho Patrus Filho, para dizer que temos outro mineiro também concorrendo à indicação, porém como desembargador federal: o desembargador Gomes Moreira, que é desembargador federal em Brasília. Dos desembargadores de São Paulo e Goiás, ele também é mineiro, nascido em Patos de Minas.

É importante, deputado Agostinho Patrus Filho, citar que as entidades que representam os juízes federais da 1ª Região apoiam a indicação do desembargador João Batista Gomes Moreira ao cargo de ministro do STJ. Estou aqui também fazendo referência a um desembargador mineiro que tem relações com nosso estado, um grande jurista. Acredito que poderíamos hipotecar nosso apoio por ser alguém que fará jus à representação magistral que esperamos para o nosso Brasil. Meu agradecimento a V. Exa.

O deputado Agostinho Patrus Filho* – Obrigado, deputado, pelo aparte, pela sua contribuição.

Quero, presidente, falar também do importante trabalho que está sendo feito e articulado pelo deputado Adalclever Lopes, presidente desta Casa, que, desde o primeiro momento, aderiu a essa causa e apoia o desembargador José Afrânio Vilela. O presidente tem trabalhado junto aos deputados, junto a Brasília, usando seus contatos, suas amizades, sua influência para que Minas Gerais tenha mais um membro na corte superior do STJ, o que é importante para os interesses de Minas e dos mineiros.

Quero finalizar minhas palavras conclamando todos os colegas a, juntos, assinarmos essa iniciativa, esse ofício que será encaminhado a Brasília e que, sem dúvida alguma, será fundamental na definição do nome escolhido para integrar aquela corte superior.

Muito obrigado, presidente, obrigado, colegas, pela atenção e pelos apartes.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Arnaldo Silva* – Sr. Presidente, nobres colegas parlamentares desta Assembleia Legislativa de Minas Gerais, quero aproveitar a oportunidade e abordar alguns temas, alguns pontos que entendo ser importante e relevante debatermos nesta Casa, para levarmos ao governador Fernando Pimentel. Realmente são demandas que as nossas regiões, principalmente a minha região do Triângulo Mineiro, já há muito tempo clamam por uma solução adequada, uma solução que realmente viabilize cada vez mais o desenvolvimento econômico.

Digo isso principalmente em relação às rodovias estaduais do Triângulo Mineiro. Fiz questão de fazer um breve estudo sobre os investimentos do governo passado, principalmente em relação ao ProMG, que teve 11 contratos firmados e apenas um deles foi direcionado ao Triângulo Mineiro na oportunidade.

Precisamos parabenizar, nesta oportunidade, o anúncio da conclusão das obras da rodovia que liga Frutal a Pirajuba, os últimos quilômetros da etapa faltante. Estivemos hoje no DER, com o diretor-geral, e ficamos sabendo que está tudo preparado, do ponto de vista burocrático, para que realmente esse anúncio do governador do Estado, no fórum realizado na cidade de Uberaba, se concretize o mais rápido possível.

Mas precisamos destacar dois pontos importantes em relação a essas rodovias estaduais no Triângulo Mineiro: a ligação de Campo Florido a Uberlândia e a ligação de Itapajipe a Campina Verde, obras já iniciadas e que já avançaram muito desde seu estado inicial. Precisamos, neste governo, o mais rápido possível, retomar e concluir essas obras, que são muito importantes tanto para o escoamento da produção agrícola do Triângulo Mineiro quanto para a interligação daquela região que, repito mais uma vez, muito contribui para o PIB do Estado.

Então faço aqui, mais uma vez, esse registro da necessidade de conclusão dessas duas obras já iniciadas: a rodovia que liga Itapajipe a Campina Verde e a que liga Campo Florido a Uberlândia.

Não poderia deixar de destacar também, nesta fase em que estamos, parlamentares e Assembleia Legislativa, de elaboração das emendas e do orçamento do Estado, do que realmente se irá executar nesse sentido, para que a gente possa dar o encaminhamento na parte da saúde em relação às santas casas e aos hospitais filantrópicos em Minas Gerais. Há uma série de hospitais filantrópicos e santas casas necessitando muito de apoio, de auxílio e de ajuda, principalmente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Para encerrar, destaco uma luta que estamos travando desde o início do mandato e que já se transformou numa verdadeira novela no âmbito do Estado: a análise documental de projeto de ampliação do Hospital do Câncer de Uberlândia por parte da Vigilância



Sanitária do Estado de Minas Gerais. Precisamos realmente de agilidade nesses procedimentos. Precisamos de um processo mais objetivo de verificação, porque é um vaivém de documentos a todo momento, que não se encerra nunca. É um processo que vem e volta de Uberlândia a Belo Horizonte sem parar. Brevemente teremos uma nova audiência com a Vigilância Sanitária para algo de extrema relevância: a ampliação do hospital do câncer, que desenvolve um trabalho fantástico não só para Uberlândia, mas para todo o Triângulo Mineiro e para a nossa Minas Gerais.

São estas as minhas colocações. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Elismar Prado* – Boa tarde a todos e a todas. Sr. Presidente, deputadas, deputados, na mesma direção do meu colega deputado Arnaldo, quero falar de uma questão fundamental e muito séria: a saúde. Precisamos, cada vez mais, nos empenhar para ajudar os nossos municípios que sofrem muito nessa área, até mesmo porque os municípios, em geral, assumem atribuições da União e do Estado, não só em relação aos percentuais e aos mínimos constitucionais investidos na saúde, mas também em relação à segurança pública.

Nessa direção, deputado Arnaldo, falando da saúde, é com muita satisfação que quero anunciar uma emenda muito importante do deputado federal Weliton Prado no Orçamento-Geral da União: está prestes a ser liberada a verba na ordem de R\$2.100.000,00 para o Hospital do Câncer de Uberlândia.

É um investimento muito importante, e a assessoria técnica do ministério analisa essa proposta apresentada pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU - para liberação dos recursos previstos na Emenda nº 27.680.007, de autoria do deputado Weliton Prado, para aquisição de um importantíssimo equipamento, o acelerador linear, para o Hospital do Câncer. Os recursos, da ordem de 2,1 milhões, foram priorizados pelo deputado Weliton Prado.

Além desse valor para compra do equipamento para o Hospital do Câncer, há R\$4.834.000,00 para o Hospital de Clínicas da UFU. Os recursos serão pagos em parcela única por meio do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais, desenvolvido e financiado em parceria com o Ministério da Educação, e podem ser utilizados tanto para reformas quanto para aquisição de materiais médico-hospitalares e outras ações de necessidade da instituição. É fundamental esse investimento na saúde, tanto no Hospital de Clínicas de Uberlândia quanto a aquisição desse equipamento tão sonhado pelo Hospital do Câncer, contribuindo para o atendimento à saúde na região. Da mesma forma, as santas casas precisam muito do nosso empenho, porque sabemos que atendimento no hospital de Uberlândia está estrangulado, pois atende a uma região enorme, está saturado. Portanto, precisamos investir em média complexidade e atender as santas casas na região para que possam desafogar o atendimento.

Queria dar ênfase nesse investimento que está sendo feito através de uma emenda parlamentar do deputado Weliton Prado na área da saúde e também destacar recursos na área do esporte, que tem impacto na qualidade de vida e na saúde das pessoas. Estamos colocando em toda a região do Triângulo Mineiro - e em muitas cidades do Estado de Minas Gerais, mas destaco o Triângulo - cerca de 140 academias ao ar livre e academias da saúde. Todos sabem que a cada R\$3,00 investidos em atividade física economiza-se R\$1,00 na área da saúde. Somente para o Município de Uberlândia são 40 academias, e 12 já foram instaladas. Estive recentemente no Município de Prata, na comunidade rural de Jardinésia, onde inauguramos com o prefeito Anuar, a pedido dos nossos vereadores Dario e Zezinho, mais uma academia. Toda a região está recebendo, muitos municípios do Estado, a cidade de Uberlândia, e estamos em parceria com o vereador Ismar Prado, acompanhando todas as instalações.

Quero agradecer também ao deputado Professor Neivaldo, integrante do governo em Uberlândia, que está fazendo a instalação dessas academias. E gostaria de pedir o empenho de V. Exa., pois coloquei na legislatura anterior uma emenda direcionada à Defensoria Pública de Uberlândia no valor de R\$500.000,00, para que pudéssemos fazer a reforma da sede da Defensoria. Ela faz um trabalho extraordinário, que todos conhecem, e é modelo para todo o Estado. Aliás, por meio de um projeto muito bonito que têm, o Direito a Ter Pai, realizam gratuitamente o exame de DNA. Todos sabem que os defensores públicos são os advogados da população carente, de quem não tem acesso à Justiça. Eles fazem um trabalho muito importante possibilitando esse acesso da população carente à Justiça. Em todo o Estado, a Defensoria precisa melhorar suas condições de trabalho, dos seus servidores, dar mais provimento às vagas para aumentarmos o número de defensores. Para se ter ideia, o orçamento da Defensoria Pública do Estado equivale ao que o Tribunal de Justiça gasta só com correspondência. Para que tenham ideia do que passam os defensores.

De minha parte, sempre abordo esse assunto com a intenção de buscar o apoio de todos os deputados e deputadas para oferecermos mais orçamento e melhores condições de trabalho aos defensores do Estado, de modo que possam atender ainda mais pessoas. A Defensoria precisa melhorar sua estrutura em todo o Estado, mas destinamos esse recurso à reforma da sua sede em Uberlândia porque ali o prédio está totalmente degradado, insalubre, sem oferecer a menor condição de trabalho aos defensores. Na oportunidade, tínhamos duas opções para realizar a obra: ela seria executada pelo Departamento de Obras do Estado – Deop – ou pela prefeitura de Uberlândia. Mas o entendimento foi que o melhor seria celebrar um convênio entre prefeitura e Estado, e os R\$500.000,00 já estão à disposição da prefeitura de Uberlândia. Mas até agora a prefeitura não apresentou os projetos arquitetônicos e os cálculos de engenharia, e temos grande receio de perder essa verba, o que seria um prejuízo muito grande não só para os defensores, mas para toda a população. Por isso me dirigi ao deputado Professor Neivaldo para que nos ajude fazendo essa gestão junto à prefeitura de Uberlândia pedindo-lhe empenho para aproveitar esse recurso e, de fato, iniciar urgentemente a reforma da sede da Defensoria Pública no município. Aproveito a oportunidade para agradecer a homenagem que eu e o deputado Weliton Prado recebemos dos defensores do Estado e de Uberlândia pelo trabalho prestado em favor desses defensores. Mas reitero o pedido ao deputado Professor Neivaldo de que nos empenhemos para executar o projeto, fazer o processo licitatório e proceder à reforma da sede da Defensoria em Uberlândia.

Também estive recentemente, presidente, no Município de Conquista, onde tivemos o privilégio de inaugurar uma obra por meio de emenda de minha autoria, ainda como deputado federal. Ao lado da prefeita Vera, de Conquista, inauguramos no município o Centro de Eventos Paulo Assunção Valentino, com o Anfiteatro Janete Clair, construído em um prédio onde a consagrada artista e escritora trabalhou – é um prédio da década de 1930, que tinha sofrido um incêndio e estava realmente degradado, mas que conseguimos



recuperar e revitalizar e ficou muito bonito. Esse centro de eventos vai receber a juventude, que terá acesso a aulas de educação musical, orquestra, banda, teatro etc. Na verdade, esse prédio, que está totalmente revigorado, é o antigo cinema da cidade, e nossa meta futura é que esse cinema volte a funcionar. Aproveito para parabenizar a prefeita Vera, os vereadores e todo o Município de Conquista pela inauguração dessa obra, o Centro de Eventos Paulo Assunção Valentino, cujo nome foi merecidamente dado em homenagem à família Valentino, que tem uma estreita relação com aquele teatro, com aquele prédio que agora foi recuperado.

Quero parabenizar ainda, presidente, a ex-deputada Liza Prado, hoje à frente da Utramig, uma fundação do Estado que trabalha com cursos profissionalizantes. Estive reunido com a equipe da Utramig em Uberlândia, onde a fundação tem uma unidade, e soube que aquela unidade também estava totalmente degradada e sem funcionamento, sem oferecer nenhum curso, embora o Estado continuasse pagando aluguel. O Estado tinha um custo muito alto mantendo o aluguel da unidade que, como outras, estava sucateada e sem uso.

A ex-deputada Liza Prado, agora à frente da Utramig, está fazendo um trabalho extraordinário. Quero parabenizar também o nosso secretário de Trabalho e Desenvolvimento Social, André Quintão - a Utramig está vinculada a sua secretaria. Eu pude perceber que foram abertos muitos novos cursos, que houve contratação de professores. E com todo dinamismo, todo o envolvimento e energia da ex-deputada Liza Prado, ela está fazendo com que a Utramig tenha visibilidade e que realmente cumpra o papel para o qual foi fundada: oferecer cursos profissionalizantes, qualificar mão de obra, oferecer oportunidades à nossa juventude. Eu, naquela reunião com servidores da Utramig, pude perceber a vontade desses servidores de fazer um bom trabalho e de recuperar essa fundação muito importante para o nosso estado. E agora, na presidência da ex-deputada Liza Prado, que realmente fazendo um grande trabalho, a Utramig está se ampliando e realmente está desempenhando o papel para o qual foi criada.

Seriam estas as minhas palavras, presidente. Quero agradecer aos pares e novamente parabenizar o deputado Weliton Prado pelos recursos que colocamos na área da saúde, que enfrenta um problema muito sério em todo o Estado. Esse investimento é muito importante para o Hospital do Câncer de Uberlândia, como também para a UFU, para melhorar o atendimento de toda aquela população. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Lamac* – Muito obrigado, Sr. Presidente. Caros deputados, quero saudar as pessoas que nos acompanham aqui no Plenário, nas galerias, e saudar os que nos acompanham pela TV Assembleia.

Sr. Presidente, ontem houve aqui no Plenário, na parte da manhã, um encontro com a frente parlamentar da Câmara Federal. Estiveram presentes deputados federais, Domingos Sávio, o deputado delegado Edson Moreira e o deputado Reginaldo Lopes, a frente que discute a implementação do Plano Nacional de Educação, numa atividade bastante rica, bastante interessante, em que tivemos oportunidade de debater sobre aspectos práticos, de trazer para a realidade das pessoas as metas, as proposições já aprovadas pelo Congresso Nacional e que hoje são objeto de grande desafio para estados e municípios.

Encontra-se em tramitação nesta Casa o Plano Estadual de Educação, uma proposta encaminhada pelo Executivo no mês passado e que é objeto de fórum técnico desta Casa. Várias reuniões já aconteceram, e estamos retomando as reuniões do grupo organizador do fórum técnico que vai debater sobre o Plano Estadual de Educação. Na próxima quinta-feira retomaremos esses trabalhos. Apesar de toda a dificuldade, toda a restrição orçamentária que estamos passando, iniciaremos os trabalhos para que muito em breve tenhamos o melhor plano possível de apresentar.

O deputado Cristiano da Silveira foi autor do requerimento que levou à realização desse evento. Não tenho a menor dúvida de que estamos falando de uma mudança de escala, de uma mudança de perspectiva na sociedade brasileira baseada na educação. Então, muito para além dos discursos, discursos por vezes vazios, por vezes demagógicos, por vezes de pessoas que desconhecem a profundidade da questão, estamos afirmando aqui que temos hoje uma linha objetiva, uma linha direta que nos leva, de fato, a uma sociedade de conhecimento, uma sociedade que valoriza efetivamente a educação e os resultados que dela podem advir, e o caminho está dado. As metas estão estabelecidas em termos nacionais.

Restam-nos agora a tarefa e o desafio de fazer com que isso aconteça onde de fato se dá: nos Estados e nos municípios. Em Minas Gerais, a grande maioria dos municípios conseguiu aprovar o seu Plano Municipal de Educação. O plano estadual já está bem encaminhado. Ontem tivemos aqui a presença do deputado Bittencourt, presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, onde também tramita o Plano Estadual de Educação em situação muito similar à nossa. O governo lá ainda não conseguiu encaminhar à Assembleia Legislativa, aqui já estamos num estágio mais avançado.

Não tenho a menor dúvida de que hoje temos base concreta para discutirmos sobre como fazer, de fato, para que um país se desenvolva a partir da educação. Não apenas palavras jogadas ao vento, não apenas o discurso vazio da importância da educação, da importância da saúde, mas instrumento objetivo para fazer com que isso aconteça.

Quero conceder aparte ao deputado Cristiano Silveira, já o parabenizando pela iniciativa que compartilhamos da realização de ontem pela manhã.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* – Deputado Paulo, muito obrigado. Quero cumprimentá-lo como presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, que acolheu nosso requerimento, demonstrou-se parceiro de primeira hora e colaborou na realização daquele grande evento no dia de ontem. Quem esteve aqui na Casa? Secretários municipais de educação, prefeitos, deputados, a representação da Secretaria de Educação. Então, fizemos ontem um debate fundamental no Parlamento mineiro. Discutir o Plano Nacional de Educação e as 20 metas a serem estabelecidas nos próximos 10 anos para o Brasil é algo fundamental. Então, falamos muito sobre o novo *slogan* do governo, “Pátria educadora”. Pátria educadora é isso: estabelecer as metas e fazer um plano: onde estamos e aonde queremos chegar. Em quanto tempo faremos isso? Em 10 anos. Quais são os objetivos a serem alcançados? Aqueles estabelecidos que V. Exa. já citou e o recurso, que é mais importante. Quando o governo estabelece o plano que o que se investe na educação está em torno de 5% do PIB e que, até o final do plano desses 10 anos, serão 10% do PIB, aí, sim, estamos dizendo que não temos mais um plano, não temos mais uma lei, mas algo que vai garantir o recurso e a implementação de um novo modelo educacional no nosso país.



Minas Gerais, oportunamente, também está discutindo. V. Exa. mesmo já presidiu debates várias vezes na Comissão de Educação. Agora tramita na Comissão de Justiça o Plano Estadual de Educação, muito alinhado. Até mesmo porque o plano nacional estabelece diretrizes para os Estados e os municípios e esses devem, nos seus planos, considerar aquilo que está previsto: a universalização do acesso à educação infantil, a erradicação do analfabetismo, o ensino profissionalizante, a valorização do professor. Então, penso que está bacana. Minas Gerais agora tem de estar alinhado em fazer essa discussão aqui.

Penso, deputado Paulo, para avançarmos, o que temos de ter num bom sistema educacional? Primeiro, a valorização dos professores. De cada 100 alunos que vão se formar, 2 querem ser professores. Se você apertar, o menino dirá: no Ifet ou na universidade. Temos de voltar a valorizar a carreira para que ela volte a ser atrativa e as pessoas queiram voltar a ser professor neste país.

Segundo ponto: a infraestrutura das escolas. Para se ter ideia, como repetimos várias vezes, hoje em Minas 65% das escolas têm laboratório, 40% não têm quadra. A todo momento estamos falando em escola integralizada, em tempo integral, mas qual é o ambiente que está preparado para receber esses alunos? É nisso que temos de pensar, assim como nos equipamentos que vão estar inseridos nesse ambiente escolar. Segundo, o percurso formativo, conteúdo didático e pedagógico. Qual é o que queremos? Ele tem de ser contemporâneo, dialogar com o novo contexto na sociedade em que vivemos. Queremos bons médicos, queremos bons engenheiros, mas, acima de tudo, queremos bons cidadãos, porque forma-se para tudo, mas não se forma a consciência crítica da cidadania, dos direitos humanos. Então, isso também está inserido e é algo importantíssimo que temos de ter.

Outro eixo: a questão da assistência à saúde dos estudantes. Estava tentando, deputado Paulo, elaborar um projeto de lei para que tivéssemos nas escolas odontólogo, oftalmólogo, fonoaudiólogo, que são das áreas de saúde que têm a ver com o processo do aprendizado. O que descobri? Que há uma porrada de leis que tratam disso, só que não são aplicadas, não são implementadas. Que o nosso plano possa reafirmar a importância dessas especialidades dentro do ambiente escolar.

Quero caminhar junto com V. Exa., presidente da nossa Comissão de Educação, e ajudar a travar esse debate no Estado por uma nova educação em Minas Gerais, sem falar daquilo que já avançou, mais do que para frente precisamos atingir. Obrigado, deputado Paulo.

O deputado Paulo Lamac* – Eu é que tenho de agradecer ao deputado Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Veja bem, a educação tem uma ligação muito direta com a questão dos direitos humanos. Estamos falando da formação do cidadão. E essa é uma questão levantada oportunamente por V. Exa., a qual, aliás, dialoga com um dos pontos trazidos aqui, a este Plenário, ontem pelo representante do Ministério Público pela Educação, que falava de breves alterações a que a LDB deve ser submetida. Um dos pontos recorrentes, e não apenas nesta Casa, mas também no contato que estamos tendo com as demais comissões de educação dos outros estados brasileiros – esse é um ponto recorrente -, que V. Exa. traz à discussão nesta tarde é a questão da formação do cidadão, a escola tem de entrar na pauta urgente da revisão da LDB. Temos hoje a abordagem que deve ser feita de maneira exclusivamente interdisciplinar. A abordagem interdisciplinar é muito importante, rica, atual e necessária, mas a formalização de conceitos precede e é fundamental, indispensável para que a abordagem interdisciplinar possa ser feita.

Então, neste momento em que discutimos o Plano Estadual de Educação, a implementação prática do Plano Nacional de Educação, quero convidar o telespectador que nos acompanha a tomar parte disso. Neste exato momento, está aberta a consulta pública aos especialistas, ao cidadão normal, aos pais, aos estudantes, aos educadores, às universidades. Portanto há quatro segmentos distintos de consulta pública aberta sobre a base nacional comum curricular, ou seja, aquilo que todo brasileiro deve aprender na escola. Isso está sendo formalizado, existe uma proposta que está no *site* do MEC.

Gostaria de convidar a todos para conhecerem e se manifestarem sobre isso. Existe um prazo até março de 2016, onde se pretende construir exatamente isso. O que é o mínimo que todo brasileiro e toda brasileira devem aprender na escola? Aquilo que é a base comum, o que deve estar em todas as escolas brasileiras e ocupar uma parte do tempo do estudante. Se a base comum for 60%, os outros 40% do tempo do estudante poderão ser aplicados em questões regionais, por exemplo, nas questões relativas à formação agrícola naquelas escolas rurais, nas escolas do campo. Então, essa questão da base é uma retomada de algo que já houve, de uma discussão que se dá há muitos anos no Brasil e agora está em consulta pública. A proposta foi elaborada por mais de 100 técnicos das principais universidades brasileiras. Acho muito importante que toda a população se aproprie, apresente sugestões à proposta apresentada no *site* de maneira muito pedagógica, muito didática, por disciplina e por ano. Enfim, realmente dar condições para que possamos avaliar o que o brasileiro precisa aprender. No meu ponto de vista, hoje a nossa escola tem uma grave falha na formação cidadã do brasileiro.

Concedo aparte ao deputado Léo Portela, que, com muita propriedade, vem participando dessas discussões sobre o plano estadual e o Plano Nacional de Educação.

O deputado Léo Portela (em aparte)* – Meu caro amigo deputado Paulo Lamac, agradeço a oportunidade de apartear V. Exa. nessa tão bela explanação do Plano Estadual de Educação. Hoje levanto a voz da sociedade mineira, que tem o interesse de acompanhar de perto a execução, a criação, o desenvolvimento do Plano Estadual de Educação.

O que não queremos é que o Plano Estadual de Educação traga resoluções do Conen que trazem à baila, novamente, a realidade da ideologia de gênero. Nós, que representamos a família mineira, que representamos a sociedade mineira, não admitimos que as crianças mineiras sejam sugestionadas a executar os diversos papéis sexuais antes de assumirem o papel que querem exercer na sociedade. Nós, que acreditamos que menino nasce menino e menina nasce menina, que acreditamos que não podemos inserir goela abaixo um novo paradigma civilizacional, acompanharemos isso de perto. E sabemos que V. Exa. exerce, de maneira bastante consciente, a presidência da Comissão de Educação. Então participaremos de todo tipo de reunião, de todo tipo de audiência, ao lado das famílias, ao lado da sociedade, porque não permitiremos que ideologia de gênero venha para Minas Gerais; não permitiremos que o futuro da juventude mineira, o futuro de Minas Gerais, que são as crianças, seja prejudicado. Não admitimos isso.



Não temos nada contra a orientação sexual de ninguém, mas não queremos que nossas crianças passem pelo constrangimento de frequentar os mesmos banheiros. Não admitiremos que haja banheiro unissex nas escolas de Minas Gerais. Queremos que as famílias mineiras sejam respeitadas, que o Plano Nacional de Educação seja respeitado. E acredito muito que V. Exa. conduzirá os trabalhos da melhor forma, para que o plano mineiro de educação respeite o Plano Nacional de Educação. Muito obrigado.

O deputado Paulo Lamac* – Nós é que agradecemos sua manifestação. O deputado Léo Portela foi inicialmente uma das pessoas que levantou toda essa preocupação. De fato, não existe tal proposta na proposição apresentada pelo governo do Plano Estadual de Educação. Acho muito relevante e legítimo que toda a sociedade acompanhe de perto, avalie as propostas, escute. Em função disso, aliás, esta Casa está adotando a dinâmica do fórum, levaremos essa discussão a todo o Estado, de maneira aberta, franca. Pois, assim como o plano nacional, o nosso plano tem de expressar o que o brasileiro e a brasileira desejam para a educação dos seus filhos, que são as próximas gerações do nosso país. A educação, a exemplo das leis que analisamos e aprovamos nesta Casa e no Congresso Nacional, devem refletir os verdadeiros e legítimos anseios da sociedade. Então não tenho dúvida de que, todos trabalhando juntos, irmanados, produziremos o melhor Plano Estadual de Educação, aquele que a nossa população merece. Acredito que esse é o empenho de todos nós. Parabéns a V. Exa., e muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 19/10/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Débora Maria Comparini Zucato, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência.

TERMO DE CONTRATO Nº 75/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Argus Produtos e Sistemas contra Incêndio Ltda. Objeto: fornecimento e instalação de sistema de detecção e combate a incêndio por agente limpo. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 21/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-4.4.90-10.1.



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 1º/10/2015, na pág. 34, onde se lê:

“nomeando José Luciano de Magalhães Assis, padrão VL-26, 4 horas”, leia-se:

“nomeando José Luciano de Magalhães Assis, padrão VL-21, 4 horas”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 23/10/2015, na pág. 27, onde se lê:

“Na data de 13/10/2015”, leia-se:

“Na data de 19/10/2015”.

E onde se lê:

“nomeando Danielle Diany Silva Coelho”, leia-se:

“nomeando Danielle Diany Silva Coelho Fontana”.